



PSD p.11

Jorge Moreira da Silva afirma que Portugal valoriza a sua relação com as instituições internacionais



PSD p.12

O Secretário-Geral apresentou os candidatos autárquicos a Évora e Reguengos de Monsaraz

# POVO LIVRE



nº 1787

19 de Junho de 2013

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## “Manter o rumo para ganhar confiança na economia”



O Primeiro-Ministro no debate quinzenal

Governo p.10

Governo cria instituição para melhorar as condições de financiamento das PME

Parlamento p.14

PSD defende a promoção do desporto escolar

Debate quinzenal

# “Manter o rumo para ganhar confiança na economia”

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, abriu o debate quinzenal de dia 14, no Parlamento, com uma intervenção sobre “questões políticas, económicas e sociais”.

Este foi o primeiro debate com o Governo, do Parlamento, após a discussão em plenário do Orçamento Rectificativo.

O debate quinzenal decorreu poucos dias depois de ser conhecido que, no Conselho de Ministro da semana passada, o Governo deliberou que não há “meios necessários e suficientes” para que os trabalhadores do Estado possam receber o subsídio de férias em Junho, conforme a legislação em vigor no âmbito do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas”, pois o pagamento desses subsídios tem de ser respaldado por um orçamento rectificativo, que na altura ainda não existia.

De qualquer forma, e apesar da redacção explícita, o despacho foi controverso para a Oposição. Na quarta-feira, o Primeiro-Ministro disse claramente haver dinheiro para os subsídios de férias e de Natal, mas que só depois de publicado o Orçamento Rectificativo haverá condições legais para proceder ao pagamento.

O último debate com o Governo no Parlamento ficou marcado pelo tema dos cortes nas reformas e pensões, com Passos Coelho a rejeitar essa hipótese, reiterando que o executivo vai fazer todos os esforços para adoptar outras medidas que não a polémica e denominada taxa suplementar de sustentabilidade nas reformas e pensões.

“Não tenho capacidade para desmentir o nível de desinformação que vai grassando no debate público. Não há nenhum corte previsto de 10% nos reformados e pensionistas. O que está previsto é a convergência das pensões da Caixa Geral de Aposentações para o regime geral da Segurança Social”, disse na altura.

Além disso, a Oposição fala em cortes que são alarmantes para um sector maioritário de pensionistas, que recebem de raiz, valores mensais iguais ou inferiores aqueles a que se aplicam esses 10% e, portanto, nada lhes será descontado. E são – valha-nos Deus! – à volta de 90%, logo, esse absoluta maioria pode ficar descansada e a Oposição está apenas a tentar espalhar o alarme e o descontentamento, sobre quem nada tem a temer!

E mesmo para os restantes, já no último debate com o Governo, houve discussão sobre o tema dos cortes nas reformas e pensões, com Passos Coelho a rejeitar a certeza dessa hipótese, reiterando que o Executivo vai fazer todos os esforços para adoptar outras medidas que não a polémica e denominada taxa suplementar de sustentabilidade nas reformas e pensões.

“Não tenho capacidade para desmentir o nível de desinformação que vai grassando no debate público. Não há nenhum corte previsto de 10% nos reformados e pensionistas. O que está previsto é a convergência das pensões da Caixa Geral de Aposentações para o regime geral da Segurança Social”, disse na altura.

Relativamente às notícias que a Oposição propala sobre a privatização da Caixa Geral de Depósitos (CGD), o Primeiro-Ministro afirmou que “não há nenhum compromisso assumido e prometeu que, no dia em que isso eventualmente for considerado, o será feito de forma transparente e com conhecimento total do Parlamento.

Pedro Passos Coelho respondeu desta forma ao secretário-geral do PS, António José Seguro, que no início do debate tinha “exigido que esclarecesse “tim-tim por tim-tim” se estava a preparar uma privatização da CGD através da transferência de acções para a Parpública”.

“Quero garantir ao deputado António José Seguro que, no dia em que o Governo entender que deva propor a privatização de parte do capital CGD, não deixará de o fazer com toda a transparência. Não há nenhum compro-



misso assumido relativamente à privatização da CGD”, afirmou o chefe do executivo PSD/CDS-PP.

O Primeiro-Ministro aproveitou o tempo de debate com o líder parlamentar do PSD para responder à questão do PS sobre a CGD, afirmando que a transferência de algumas acções da CGD, que o Tesouro tinha transferido para a Parpública, era apenas uma regularização de carteiras de investimento e que tinha sido insignificante número e valor de acções.

Passos Coelho referiu a operação foi, dentro daquilo que é habitual fazer-se, entre o Estado e a Parpública, o que é chamado “uma recomposição de carteira”. Este foi o esclarecimento “tim-tim por tim-tim” que Seguro desejava. Mas Passos Coelho insistiu: “Esta é uma pergunta que é feita de tempos a tempos, é recorrente e por mais que se esclareça, volta a ser feita, Dá, de facto, um certo jeito, na ausência de questões significativas.... E eu quero, hoje e de uma vez por todas, garantir ao deputado António José Seguro que, no dia em que o Governo entender que deva propor a privatização de parte do capital CGD, não deixará de o fazer com toda a transparência. E com toda a transparência, não há nenhum compromisso assumido relativamente à privatização da CGD”, afirmou o chefe do Executivo.

Foi já com aproveitamento do tempo de debate com o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, que – em aparte – o Primeiro-Ministro respondeu à questão do PS sobre a CGD, feita quando Passos Coelho já não dispunha de tempo para o fazer, na altura.

“Foram utilizadas algumas acções do Tesouro, que estavam na Caixa, para pagar dívidas do próprio Tesouro à Parpública”. Relativamente à dívida do Estado a fornecedores, o primeiro-ministro referiu que na actual legislatura esta passou de “cerca de 5 mil milhões de euros” para aproximadamente “3 mil milhões de euros”.

“No fluxo de dívidas que o Estado tem, a nova dívida é inferior à dívida antiga, inferior em volume e é inferior em maturidade”, acrescentou. Isto prova, obviamente e sem necessidade de truques retóricos, “que estamos a pagar dívidas do Governo PS, que estamos a pagar melhor e em menos tempo!”

Passos Coelho aproveitou também a intervenção

do líder parlamentar do PSD para dizer que a maioria dos pensionistas e “um número muito significativo” de funcionários públicos vão receber o subsídio de férias “nas datas normais”.

O próprio líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, lembrou que estas questões tinham sido abordadas pelos partidos da Oposição, sugerindo que o Primeiro-Ministro lhes respondesse.

No caso dos subsídios de férias, Luís Montenegro pediu a Passos Coelho que confirmasse que 90% dos pensionistas vão recebê-lo “na altura certa”, alegando que esse dado está a ser omitido pela oposição.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, sustentou hoje que tem havido melhorias contínuas das condições de financiamento à economia portuguesa e apontou-as como um prenúncio de que Portugal conseguirá vencer a actual crise.

Logo na abertura do debate, Passos Coelho considerou “cada vez mais consistente a capacidade líquida face ao exterior que a economia portuguesa registou em 2012 e que mantém ao longo dos vários meses de 2013”.

Por outro lado, o chefe do Executivo referiu que o “volume de crédito disponibilizado às famílias e às empresas tem vindo a crescer”, segundo dados do Banco de Portugal divulgados esta semana, e assinalou as linhas de investimento dirigidas às pequenas e médias empresas.

“Se é indispensável manter o rumo, para ganhar confiança na economia portuguesa, é também necessário que os portugueses se possam aperceber destas melhorias contínuas que estamos a registar ao nível do financiamento, que são o prenúncio de que conseguiremos vencer esta crise”, afirmou.

Antes, Passos Coelho apontou medidas como o IVA de Caixa ou os benefícios fiscais ao investimento, que no seu entender ajudarão “a uma melhoria das condições de financiamento”, e congratulou-se com a perspectiva de um entendimento para a disponibilização dos empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI) às empresas portuguesas.

“Como sabem, o Governo português propôs que garantias do Tesouro pudessem ser praticadas para que este financiamento pudesse ser utilizado pelas pequenas

e médias empresas. Até hoje não tem sido possível com a Direção-Geral de Concorrência, em Bruxelas, desbloquear esta situação. Não posso deixar de anotar com satisfação as declarações do Presidente da Comissão Europeia proferidas ontem [quinta-feira], em Bruxelas, que deixam antever uma expectativa positiva para desbloquear rápido esta situação”, disse.

No que respeita à evolução da balança externa, o chefe do executivo alegou que isso se deve “à forma como o Governo se tem mostrado intransigente quanto ao processo de ajustamento estrutural” e “à forma como empresas têm ganho quotas de mercado e se têm direcionado para o exterior”.

“Julgamos que a meta de vir a registar, até fim desta legislatura, que 50% do Produto Interno Bruto (PIB) está voltado para as exportações, pois essa é uma meta que está ao nosso alcance”, acrescentou.

O Primeiro-Ministro declarou que “é indispensável que se criem condições mínimas de financiamento à economia, sem o que recuperação económica e a criação de emprego não podem ter lugar”.

Passos Coelho não deixou, contudo, de mencionar que existem aspectos “que estão para além da decisão nacional”, relativos à “fragmentação dos mercados financeiros, em particular nos países periféricos na União Europeia e na zona euro”.

Esses aspectos, prosseguiu, “dependem de acções concertadas, conjuntas entre as instituições europeias, com destaque para a intervenção que Banco Central Europeu possa realizar, na medida em que denota a falta de unidade da própria política monetária”.

O Primeiro-Ministro advertiu que está também nas mãos do Parlamento garantir que o pagamento dos subsídios será feito “a tempo e horas” a funcionários públicos e pensionistas, quando Seguro reclamou o seu pagamento imediato, afirmando que “ninguém compreende a ordem” do Governo à administração pública “para não pagar um dos subsídios”.

“Por razões legais e porque se trata de um direito social dos trabalhadores, esse dinheiro é devido. Mais dinheiro no bolso das famílias significa que essas famílias têm menores dificuldades no quotidiano e podem ajudar o comércio local e as empresas nacionais. Se o senhor Primeiro-Ministro tem dinheiro, porque teima em não pagar aos funcionários públicos?”, perguntou o secretário-geral do PS.

Pedro Passos Coelho contrapôs que o Governo cumprirá a decisão do Tribunal Constitucional “e pagará o 13.º e 14.º meses, a quem tinha esses subsídios suspensos. Vai fazê-lo com a maior das normalidades durante este ano”, disse.

Na sua resposta a Seguro, o Primeiro-Ministro evitou sempre referir-se a estes subsídios como de Natal ou de férias.

“Relativamente a um [dos subsídios] já estamos a pagar antecipadamente em duodécimos. O outro, pagaremos entre Novembro e Dezembro, caso neste último caso se trate de pensionistas. Nesta altura, está também nas mãos do Parlamento garantir que estes pagamentos se poderão fazer a tempo e horas”, declarou o Primeiro-Ministro.

O secretário-geral do PS, porém, manifestou-se insatisfeito com a resposta do primeiro-ministro e contra-atacou com datas em que, legalmente, o Governo deveria efectuar tais pagamentos, mas esqueceu-se de que a Lei Orçamental tem mais força e o Governo não pode pagar, embora tenha dinheiro, sem a aprovação de um Orçamento Rectificativo e por isso, está nas mãos do Parlamento a celeridade dessa aprovação, disse”.

O secretário-geral do PS “exigiu” também saber se o Governo se comprometeu externamente em comprimir o corte de 4,7 mil milhões de euros até 2014, mas o Primeiro-Ministro garantiu que nada há de novo perante a ‘troika’.

António José Seguro referia-se ao mais recente relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a economia portuguesa, no qual se alude à aos compromissos externos assumidos pelo país perante a ‘troika’ (Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu).

Seguro confundia o compromisso com a ‘troika’ em cortar 4,7 mil milhões de euros – que vem de longe – com



um “corte adicional desse valor”, ou seja, esqueceu o passado que o seu Partido e o seu Governo criaram e o compromisso que assinaram. No entanto, Pedro Passos Coelho, pacientemente, voltou a esclarecer que é falso que estejam em perspectiva mais cortes na despesa do que aqueles que são já conhecidos.

“O Governo não se comprometeu com mais cortes. O corte que está comprometido até 2015, equivalente a 2,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), é o que consta da divulgação feita pelo Governo e por mim próprio no âmbito do quadro global de medidas perante a ‘troika’. Não há nem mais nem menos”, disse.

António José Seguro não ficou convencido – não lhe convinha decerto aceitar a resposta do líder do executivo – e voltou a citar o mais recente relatório do FMI, apontando que os 4,7 mil milhões de euros de cortes “terão de produzir efeitos durante 2013 e até ao final do ano de 2014”.

“O senhor comprometeu-se até ao próximo dia 15 de Julho no sentido de adoptar todos os instrumentos legislativos, quer por via da aprovação no parlamento, quer por via do Conselho de Ministros, para concretizar o corte de 4,7 mil milhões de euros”, insistiu o líder socialista e a austeridade está a ser recusada por todos os Países da Europa que não têm governos de Direita”, disse.

Pedro Passos Coelho começou por se referir ao Governo socialista francês, argumentando que também naquele País há medidas de austeridade em curso.

“Não consta que [o Presidente da República de França] François Hollande seja da minha família política”, comentou Passos, declarou, entre palmas e risos das bancadas do PSD e do CDS.

O Primeiro-Ministro insistiu depois, pacientemente (e pacientemente porque, por mais vezes que este esclarecimento seja feito, a mesma pergunta vota a ser feita, porque sempre vai “rendendo” mais uns pós de capital político... “que não é verdade que haja um compromisso adicional de 4,7 mil milhões de euros em 2013”.

### PCP repete Seguro sobre pagamentos de subsídios

O secretário-geral do PCP considerou, na sua intervenção (repetindo o que Seguro havia dito, momentos antes) que o Governo ficará “à margem da lei” se só pagar o subsídio de férias aos funcionários públicos em Novembro, mas obviamente, o Primeiro-Ministro insistiu que não há cobertura orçamental para pagamento, embora haja dinheiro para o fazer.

“Há uma lei em vigor, a lei obriga ao pagamento em Junho e nesse sentido se o Governo não concretizar esse princípio legal fica à margem da lei”, afirmou o secretário-geral comunista, Jerónimo de Sousa, durante a sua intervenção no debate.

Recuperando a questão do pagamento dos subsídios, que já tinha sido levantada pelo secretário-geral do PS, Jerónimo de Sousa frisou que a lei em vigor obriga ao pagamento do subsídio de férias aos funcionários públicos em Junho e que a questão é saber se “o Governo da República cumpre as leis da República ou se se coloca à margem da lei.

“Tem de esclarecer melhor, eu diria, tem de pagar já, senão o fizer entendemos como tentativa de vingança sobre os trabalhadores e os reformados e também como uma tentativa de vingança sobre o Tribunal Constitucional”, declarou o Secretário-Geral comunista.

Na resposta, o Primeiro-Ministro assegurou que o Governo irá pagar os dois subsídios que são devidos a todos aqueles que têm direito a recebê-los, mas lembrou que a lei que determina o pagamento do subsídio de férias em Junho “necessita sempre de suporte orçamental para que essa obrigação possa ser operacionalizada”.

“A previsão orçamental não existia, porque essa não tinha sido a decisão tomada, contida no Orçamento de 2013. Uma vez que o Tribunal Constitucional invalidou a previsão orçamental que existia, é indispensável agora apresentar um Orçamento Rectificativo”, acrescentou.

Insistindo que “não se trata de saber se há ou não dinheiro na caixa, trata-se de saber se essa previsão orçamental existe ou não, porque o Estado não pode gastar dinheiro de qualquer maneira”, Passos Coelho notou que a data em que o acórdão do Tribunal Constitucional foi publicado não permitiu que o executivo enviasse antes para o parlamento a norma que previa o pagamento do subsídio.

“O processamento salarial no estado é feito com antecedência, basta que nos primeiros sete a oito dias de cada mês em que é feito o respectivo processamento salarial não exista uma previsão legal, para que nenhum serviço esteja autorizado legalmente a fazer o processamento”, reafirmou Passos Coelho.

As explicações e esclarecimentos do Primeiro-Ministro não convenceram (nunca convencem...), contudo, o secretário-geral do PCP, com Jerónimo de Sousa a contrapor que “existem reservas em termos de dotação provisional no ministério das Finanças que permitem a antecipação das verbas dos meses seguintes”.

“É uma falsa questão”, salientou Jerónimo de Sousa.

O secretário-geral do PCP classificou ainda como uma “operação kamikaze” o corte de 4,7 mil milhões de euros na despesa acordado com a ‘troika’, questionando (outra vez) o Primeiro-Ministro sobre quem serão as vítimas desse corte.

“Diga senhor primeiro-ministro, esses 4 mil e 700 milhões que os senhores pretendem vão ser sacados a quem? Os senhores definiram o montante, os senhores e o FMI já decidiram as vítimas, mas pode haver ainda dúvidas quanto à forma de aplicação”, afirmou o secretário-

geral comunista, Jerónimo de Sousa, durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro no Parlamento.

Referindo-se ao corte de 4,7 mil milhões de euros como uma “operação kamikaze”, Jerónimo de Sousa desafiou depois o Primeiro-Ministro a explicar quais são os objectivos do executivo.

“Vem aqui encher a boca de reformas estruturais, seria bom que explicasse e explicitasse aos portugueses quais são os vossos objectivos, qual o conteúdo disso que chama de reformas estruturais”, disse.

Os objectivos óbvios são lembrar que se cumprem os compromissos assumidos e assinados pelos socialistas, mas com a paciência que lhe +e reconhecida, e na resposta, o Primeiro-Ministro voltou a garantir que “não existe nenhum corte adicional de 4,7 mil milhões de euros para 2014”, pedindo a Jerónimo de Sousa para não insistir “nessa interpretação errónea”.

“O que está nesse valor do quadro do Fundo Monetário Internacional já foi explicitado pelo próprio Fundo Monetário Internacional, era aquilo que estava inicialmente previsto mais o que foi comprometido até 2015, na parcela de 2014. Não há nenhum corte adicional de 4,7 mil milhões de euros, haverá um corte adicional de 700 milhões de Euros, face daquilo que estava inicialmente previsto de 4 mil milhões de euros até 2015; de resto não houve nenhuma alteração”, sustentou Pedro Passos Coelho.

Na réplica, o secretário-geral do PCP assegurou a Passos Coelho que não irá esquecer aquilo que disse esta manhã, ou seja, que os cortes não serão feitos “à custa de salários, de reformas e pensões”.

“Fica o registo. Aquilo que se diz no parlamento tem que ter fundamento, tem que ser verdade”, sublinhou.

Caso contrário, acrescentou, “é a própria democracia que fica em causa com a falta de honestidade intelectual”.

### Bloco de Esquerda e os habituais arremessos de lama

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, assegurou hoje que a secretária de Estado do Tesouro não negociou contractos “tóxicos” ou “especulativos” quando estava na REFER, após o BE ter questionado a permanência de Maria Luís Albuquerque no Governo.

“O IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública) fez essa avaliação de risco, ela é pública (...) nos termos dessa informação é sabido que aquilo que era considerado tóxico e altamente especulativo não está entre os produtos negociados pela então directora financeira da REFER”, afirmou o chefe do Governo.

Durante o debate quinzenal, no Parlamento, a 1/2 coordenadora bloquista, Catarina Martins, afirmou que, segundo uma auditoria enviada à comissão de inquérito aos contractos ‘swap’, a “REFER fez contractos especulativos tóxicos, classificados com 3 e 4 [lesivos para o Estado] e portanto inaceitáveis”.

Neste contexto, Catarina Martins interrogou “como é que Maria Luís Albuquerque continua a ser secretária de Estado do Tesouro e Finanças”, após vários secretários de Estado terem abandonado o executivo e a demissão de gestores de empresas públicas.

Passos Coelho referiu o relatório do IGCP para contrariar a afirmação da líder do BE e adiantou que, apesar disso, a secretária de Estado do Tesouro e Finanças “desde a primeira hora” colocou “o seu lugar a disposição, se - embora sabendo disto - houvesse o prejuízo de a demagogia fácil pretender denegrir a posição do Governo”.

“Mas eu não ando apenas atrás de matérias demagógicas e não consideraria qualquer possibilidade de substituir a senhora secretária de Estado a menos que tivesse fundadas dúvidas de que poderia algum prejuízo para o Estado resultar da sua permanência no Governo, e não é o caso”, sustentou.

O BE alinhou com o PS e o PCO (palavra por palavra!) afirmando que a lei obriga ao pagamento do subsídio de férias em Junho, acusando o Governo de “rasgar o compromisso social”, como se o Primeiro-Ministro não tivesse já esclarecido (duas vezes na sessão) que está a cumprir o acórdão do Tribunal Constitucional e não está ainda promulgado o Orçamento Rectificativo, sem o qual não se podem efectuar esses pagamentos.



“Lamento profundamente que a oposição esteja interessada em usar o debate quinzenal para fazer uma discussão que assusta as pessoas sem qualquer proveito, o Governo com muita antecedência explicou ao País como ia proceder para fazer a reposição dos subsídios, enviou [essa explicação] para o Parlamento duas semanas depois do acórdão do Tribunal Constitucional”, afirmou Pedro Passos Coelho.

As palavras do chefe do Governo foram proferidas depois de a 1/2 coordenadora do BE, Catarina Martins, ter acusado o executivo de ter emitido “um despacho aos serviços” para “não pagarem”, quando “o TC considerou inconstitucionais as normas que cortavam os subsídios aos funcionários públicos e aos pensionistas”.

Pedro Passos Coelho assegurou que essa reposição vai ser feita “de forma a criar a menor perturbação possível nos orçamentos médios familiares” e rejeitou terminantemente a acusação da bloquista, pois “O Governo não fez nenhum despacho para os serviços a proibir os serviços de pagarem seja o que for, o que o Governo fez foi exactamente o contrário, uma nota para que todos os serviços tomassem providentemente todas as acções necessárias para que os subsídios pudessem vir a ser pagos”, disse.

O Primeiro-Ministro rejeitou dar a mesma explicação “vezes sem conta simplesmente porque vos dá jeito, demagogicamente, fazer a mesma pergunta pergunta” e vincou que numa reunião com a direcção do BE tinha explicado com “com muito detalhe esta matéria” e na altura, tinha sido perfeitamente compreendido. “.Ao que parece, entre essa reunião e o debate quinzenal, a direcção do Bloco tinha sido atingida por um surto de amnésia!

“A senhora deputada deve saber que o Governo comunicou com antecedência como vai fazer a reposição, porque é que decidiu fazê-lo assim e por que razão isso nos parece defende com maior normalidade a previsibilidade orçamental das famílias”, referiu Passos.

Catarina Martins, 1/2 líder do BE, considerou que “o que assusta as pessoas e cria instabilidade nas famílias é um Governo fora da lei, que não cumpre nenhuma lei e rasga o compromisso social a cada dia que passa”.

A deputada bloquista citou depois o regime do

contrato de trabalho em funções públicas: “Eu leio” - os comunistas também tinham lido, antes - “ na lei 59, 2008, artigo 208, n.º2, o trabalhador tem direito a um subsídio de férias, de valor igual a um mês de remuneração de base mensal, que deve ser pago por inteiro no mês de Junho de cada ano, esta é a lei em vigor e a lei que tem de cumprir”.

“O senhor pode-nos vir falar de uma lei futura, pode ter toda a confiança que a maioria vota, como sempre votou, contra os trabalhadores e pensionistas, pode até estar convencido de que tem o Presidente na República no bolso e que ele vai promulgar a lei, aliás o Presidente da República não tem feito nada que desminta essa convicção, mas a lei em vigor obriga ao pagamento em Junho”, reforçou.

Já Passos Coelho insistiu na sua posição, sublinhando que “o Governo vive dentro da lei” e “vai repor os subsídios tal como ficou determinado no acórdão do TC”.

“O Governo não dispõe de nenhum instrumento que lhe permita regularizar essa situação de outra maneira e conseguiu propor, com transparência aos portugueses, que essa regularização pudesse ser feita de modo a criar a menor instabilidade e imprevisibilidade possível nos orçamentos médios mensais das famílias, isso foi assumido com toda a transparência e toda a antecedência”, concluiu.

### Com o CDS e Nuno Magalhães

O chefe de Governo respondeu à primeira pergunta do líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, afirmando que o acordo anunciado por Durão Barroso para a disponibilização de empréstimos às empresas portuguesas é “o princípio do fim do problema” que está a bloquear mil e 100 milhões de euros.

“Parece-me importante que o presidente da Comissão Europeia tenha ontem [quinta-feira] declarado o princípio do fim do problema. Portanto, não me pareceu que tivesse declarado a solução do problema, mas anunciou uma expectativa positiva para a resolução do problema”, afirmou Passos Coelho.

O presidente da Comissão Europeia, José Manuel



Durão Barroso, anunciou na quinta-feira que a Comissão, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e Portugal tinham chegado a acordo para a disponibilização de empréstimos às empresas portuguesas.

Passos Coelho afirmou que este acordo se refere ao “facto paradoxal” de existir uma linha vocacionada para as pequenas e médias empresas, de cerca de 1,1 milhões de euros, “que na prática não é usada porque as condições financeiras associadas à execução dessa linha não são atractivas”.

“O presidente da Comissão Europeia revelou que a proposta do Governo português para dar atractividade a essa linha do BEI poderá estar em vias de ser aceite pela direcção-geral de concorrência”, disse.

Passos Coelho afirmou ainda que “há realmente uma luz ao fundo do túnel” e que o País estará “em condições de realmente ultrapassar esta crise”.

“A nossa recuperação será lenta. Não faço, portanto, com qualquer euforia, o anúncio de medidas de relevo que mudem da noite para o dia mudem o nosso panorama, mas é importante mostrar que da noite para o dia, um dia atrás do outro, há pequenos sinais que nos mostram que essa recuperação está em marcha”, declarou.

Nuno Magalhães, reiterou então o apelo ao consenso entre Governo e professores, para que se esgotem “todas as possibilidades negociais” que evitem a greve aos exames, que considera desproporcionada.

“Gostaria de reiterar o apelo do CDS ao consenso, o apelo para que possa obviamente ser exercido o direito à greve legítimo e ao protesto legítimo, mas de forma proporcional e de forma a não prejudicar milhares de jovens e famílias, que investiram muito do seu tempo, do seu esforço e do seu talento nesta matéria”, afirmou Nuno Magalhães.

O presidente da bancada centrista falava com Pedro Passos Coelho, defendendo que “até ao último minuto, ao último segundo, se possa esgotar todas as possibilidades negociais para que alunos e famílias não sejam defraudadas neste esforço de anos e anos”.

“A greve é o exercício de um direito fundamental, inalienável, que não está em causa, está em causa é a proporcionalidade do exercício desse direito nas suas consequências no esforço destes jovens, o esforço dessas famílias, para esforço até dos professores que neste ciclo que agora está a terminar, investiram muito do seu talento e muito do seu tempo a ensinar esses alunos”, sustentou.

Noutro campo – o económico - Nuno Magalhães insistiu também na ideia de que as medidas que têm vindo a ser postas em prática pelo Governo têm vindo “a criar condições de confiança necessárias para os investidores investirem”, criando e mantendo emprego.

“Esse clima não pode, como está, a ser prejudicado por declarações diárias de responsáveis de instituições

internacionais que desenharam os programas de ajustamento e que parecem manifestar dúvidas ou até manifestar publicamente discordâncias que obviamente prejudicam não só os destinatários destas dúvidas ou discordâncias - no caso concreto, a Grécia - como todos os restantes Estados-membros que estão sob ajustamento”, argumentou.

Para o CDS, também os “parceiros internacionais” devem criar “um clima de confiança para que os investidores possam realmente investir no país”.

Sobre a greve em período de exames, o Primeiro-Ministro fez um anúncio inesperado: anunciou que o Governo tomará a iniciativa de rever a lei, no sentido de assegurar a estabilidade dos exames nacionais, no caso de esta não ser assegurada por decisão judicial.

Passos Coelho referiu que o Governo recorreu da não-fixação de serviços mínimos na greve de professores em dia de exames nacionais e aguarda a interpretação dos tribunais superiores.

“Se a interpretação é de que a lei, de facto, não protege a estabilidade dos exames, não obriga à fixação de serviços mínimos, então eu assumo aqui publicamente o compromisso de que o Governo tomará a iniciativa de alterar a lei para impedir que todos os anos, os estudantes e as suas famílias, estejam sujeitas a estas alterações”, acrescentou.

O primeiro-ministro não esclareceu qual a alteração legislativa que o executivo PSD/CDS-PP pretende fazer mas sugeriu que a protecção da estabilidade dos exames “não tem a mesma importância para toda a gente”, deixando críticas ao anterior executivo do PS.

“Claro que o Governo anterior, que dispôs desta nova alteração, desta nova lei, não atribui grande importância à realização de exames, nós sabemos. Como não atribuíamos grande importância à exigência no sistema educativo, nós sabemos. E portanto, neste momento, não estarão muito preocupados que, havendo estas greves, se possa prejudicar os estudantes em provas que eles não consideram ser muito relevantes. Mas não é assim que pensa o País e, portanto, nós devemos fazer esta clarificação”, afirmou.

Em seguida, a propósito das “rondas negociais” entre Governo e sindicatos marcadas para hoje, Passos Coelho manifestou “total abertura do Governo para encontrar uma solução que não penalize os estudantes nesta matéria” e disse esperar que “o bom senso possa prevalecer, de modo a proteger, sobretudo, o interesse dos estudantes e das famílias que se prepararam durante muito tempo para a realização destas provas”.

De acordo com o Primeiro-Ministro, o Governo “foi apanhado de surpresa pela decisão de não-fixação de serviços mínimos para a prova de exame de dia 17” e o recurso para as instâncias superiores não é movido por “guerra com sindicatos”.

Passos Coelho expressou “profunda preocupação” pela greve de professores aos exames e às avaliações, considerando que “há nitidamente uma desproporção do legítimo direito à greve e aquilo que é o interesse público que é atingido por essa matéria

### “Líder” parlamentar do PSD desafia Seguro sobre a posição do PS ante os exames

O líder parlamentar do PSD aproveitou hoje o debate quinzenal para desafiar hoje o secretário-geral do PS a dizer se concorda ou discorda que haja greve de professores em dia de exames nacionais.

Na sua intervenção, Luís Montenegro alegou que o PS é o único partido que ainda não se posicionou publicamente sobre esta matéria e manifestou-se disposto a ceder um minuto do seu tempo para que António José Seguro esclarecesse a posição dos socialistas.

A presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, respondeu que não estava nos seus poderes alterar o formato do debate quinzenal, e o líder parlamentar do PSD sugeriu então que António José Seguro dissesse o que pensa nas declarações que costuma fazer nos corredores do parlamento, a seguir aos debates quinzenais.

Segundo Luís Montenegro “é conhecido que PCP, BE, PEV respeitam o exercício do direito à greve e concordam que possa ocorrer mesmo em dia de exames” e que “PSD e CDS-PP respeitam o exercício do direito à greve, mas não concordam que ele possa coincidir com esse momento alto”.

“Aquilo que nós não sabemos é o que pensa o PS e o senhor deputado António José Seguro sobre esta coincidência”, alegou.

O líder parlamentar do PSD acusou o PS de evitar assumir posição sobre outras matérias, como a consolidação orçamental, a estratégia para o crescimento e a reforma do Estado, o que qualificou de um “problema político grave”.

O Primeiro-Ministro, inquirido sobre aspectos da privatização planeada dos CTT, afirmou hoje que a assessoria da operação de privatização foi atribuída à JP Morgan com a maior clareza, porque esta grande casa bancária fez a “proposta mais vantajosa”, negando qualquer relação entre esta decisão e os contractos ‘swap’.

No final do debate quinzenal na Assembleia da República, em resposta ao PSD, Pedro Passos Coelho assinalou que a JP Morgan foi uma das instituições financeiras que chegou a acordo com o Estado sobre os chamados contractos de alto risco, assumindo uma posição que o estado Português tinha defendido.

“Não havendo nenhum impedimento ou nenhum litígio que opusesse o Estado a esta instituição financeira, não havia nenhuma razão para que a melhor proposta que foi apresentada não tivesse sido aceite”, defendeu.

Segundo Passos Coelho, “a JP Morgan ofereceu a proposta mais vantajosa para a assessoria dessa operação de privatização” e “não existe nenhuma relação entre a contratação da assessoria da JP Morgan para a privatização dos CTT e esta questão dos contractos ‘swaps’”.

O primeiro-ministro acrescentou que, “se houvesse um contencioso com a JP Morgan por causa dos contractos ‘swap’, apesar, portanto, de a JP ter apresentado a melhor proposta, o Estado recusá-la-ia”.

Passos Coelho assinalou que, “como foi público, houve acordo com todos os bancos envolvidos nestas operações, incluindo a JP Morgan”, exceptuando o Santander.

Antes, o Primeiro-Ministro lamentou que a oposição insistia em questionar as responsabilidades da actual secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, em matéria e contractos de risco enquanto esteve na administração da Refer, como se esta questão “fosse uma espécie de ferrete que devesse ser explorado”.

O chefe do executivo PSD/CDS-PP disse que “há uma diferença muito grande entre classificar um produto dessa natureza como tóxico ou como complexo, são duas coisas totalmente diferentes” e que, “no caso da Refer, [as operações] foram classificadas como complexas em termos de factor de risco” e não como “tóxicas”.

“Portanto, não existe da parte da auditoria que foi realizada pelo IGCP [Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública], a conclusão de que estas operações realizadas na Refer fossem consideradas tóxicas”, reforçou, já a terminar. – Povo Livre, com “Lusa”

# Declarações políticas marcaram a visita à Feira de Agricultura de Santarém



No final de uma visita à Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, Pedro Passos Coelho referiu, a propósito da decisão do colégio arbitral sobre a greve dos professores em dias de exames, que «é a primeira vez que um colégio arbitral diz que não é preciso fixar serviços mínimos, na área da educação», o que se trata de «uma situação nova que é preciso clarificar para futuro».

Assim, «É preciso clarificar para futuro a fixação de serviços mínimos», afirmou o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, acrescentando que, caso contrário, «os estudantes e as famílias nunca saberão com aquilo que contam» em anos futuros.

Questionado pelos jornalistas sobre a possível alteração às datas dos exames, cujo calendário foi definido em Fevereiro, o Primeiro-Ministro referiu que «se o Governo, pura e simplesmente, mudar os exames em cima da hora, em anos futuros nunca saberemos se os calendários de exames que estão propostos terão estabilidade ou não».

Contudo, a requisição civil de professores só deverá existir «em casos de força maior», preferindo o Governo seguir «o caminho que seguiu até hoje: o caminho de moderação e de apelo ao bom senso, quer dos sindicatos quer dos professores, para não prejudicar ainda mais as famílias e os estudantes».

Acerca da possibilidade de requisição civil de professores, o Primeiro-Ministro afirmou que esta só deve existir «em casos de força maior». Todavia, «o Governo não deixará de tomar medidas nesse sentido se isso se justificar».

Relativamente ao pagamento dos subsídios de férias dos funcionários do Estado, Pedro Passos Coelho lembrou que o mesmo «já está a ser feito desde Janeiro»,



em duodécimos, e que o de Natal «será processado, na totalidade, em Novembro».

«Não há nenhuma novidade no que está a acontecer com o pagamento dos subsídios», referiu o Primeiro-Ministro, acrescentando que não existe qualquer «problema de financiamento».

Pedro Passos Coelho afirmou ainda que o importante é que «os serviços comecem a preparar os procedimentos necessários para o que subsídio de Natal possa ser processado a partir do momento em que o Orçamento de Estado Rectificativo seja publicado».

Estas declarações do Primeiro-Ministro são algumas das que fizeram da Feira Nacional de Agricultura um palco

privilegiado da agenda política nacional contando, além da visita do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, com a de vários Ministros e Secretários de Estado, dos líderes de todos os partidos políticos com assento parlamentar e do secretário-geral União Geral do Trabalhadores (UGT).

A Feira Nacional de Agricultura de Santarém, que encerrou às 20 horas de Domingo passado, bateu o recorde de visitantes na sua 50ª edição, que termina hoje, com a passagem de mais de 170 mil pessoas no certame, anunciou a organização.

“A passagem de mais de 170 mil pessoas fez desta a edição da feira mais visitada de sempre, desde que foi criada há 49 anos”, afirmou Luís Mira, secretário-geral da Confederação dos Agricultores de Portugal e administrador do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas (CNEMA), em Santarém, onde nos últimos nove dias decorreu a 50ª Feira Nacional de Agricultura.

Além dos visitantes, o aumento do número de expositores para mais de 600 levou a organização a considerar esta, como uma das “melhores edições de sempre” da Feira, que foi uma “demonstração de grande vitalidade” do sector agrícola, “apesar da crise”.

Além da mostra da tecnologia de ponta para o sector agrícola e da divulgação de produtos nacionais, Luis Mira destacou hoje, no balanço do certame, a realização de vários seminários sobre temáticas agrícolas e empresariais.

“No total tiveram lugar 31 seminários, organizados por 17 entidades, que contaram com a participação de 5.531 pessoas, o que demonstra o interesse destas iniciativas”, sublinhou Luis Mira.

Azeite, mel, vinho, queijos, enchidos e muitos outros produtos nacionais, muitos dos quais premiados em vários concursos, fizeram as delícias dos visitantes no Salão “Prazer de provar”.

A mostra do sector agro-alimentar, que este ano contou com um ‘stand’ dedicado ao programa “Portugal Sou eu”, marcou a vertente de aproximação da feira



ao consumidor e o incentivo ao consumo de produtos nacionais.

A par com os 547 animais (entre bovinos, equinos, caprinos e ovinos) em exposição, pela feira passaram “cerca de mil animais” que participaram em provas e concursos, com destaque para os concursos nacionais de coudelarias portuguesas, equitação e «dressage».

Concertos, largadas de toiros, desfiles, provas de campinos e espectáculos diários marcaram o progra-

ma de animação da feira, que contou ainda com duas exposições (de fotografia e pintura) comemorativas da 50ª edição.

“Este interesse demonstra a dimensão económica e política da feira e temos o testemunho de expositores que ainda antes de terminar o evento já tinham recebido pedidos e entregue encomendas que resultaram de contactos de negócio efectuados ao longo do certame”, concluiu Luis Mira. – PL, com Lusa

## “Greves significam que a democracia funciona”, afirmou o Primeiro-Ministro à “Brunswick Review”

Num artigo sobre Portugal, publicado na edição de verão da “Brunswick Review”, Pedro Passos Coelho considerou que “em Portugal, as greves que por vezes, acontecem, são vistas muitas vezes no exterior, como um sinal de que há uma forte resistência à reforma”.

O Primeiro-Ministro considerou que as greves significam que a democracia funciona, defendendo que os mecanismos democráticos “não devem criar excessivos níveis de incerteza ou prejudicar reputações”.

“Mas os países democráticos têm greves. O sistema funciona. Os mecanismos democráticos que existem em qualquer país não devem criar excessivos níveis de incerteza ou prejudicar reputações. Este tem sido um grande desafio para nós em termos de comunicação”, defendeu.

Na opinião do Primeiro-Ministro, os grandes desequilíbrios que se acumularam ao longo dos anos criaram uma imagem de Portugal, que está agora a ser corrigida “rapidamente”, sendo “muito impressionante para os observadores estrangeiros”.

“No entanto, internamente esta imagem não é tão óbvia. Usamos a mesma língua e os mesmos termos com ambos os públicos - externo e interno - mas muitas vezes recebemos uma resposta mais positiva da parte daqueles que olham para o País desde o exterior”, acrescentou.

Sobre a sua experiência no sector empresarial e passando para a comparação entre o sector privado e público, Passos Coelho reconhece que “as empresas conseguem ser mais ágeis do que as estruturas públicas, especialmente em Portugal onde, de uma certa forma, ainda existe um Estado muito rígido”.

“Quando uma economia é dependente da regulação pública, e essa regulamentação é mais lenta do que os mercados e os agentes económicos, a burocracia pública torna-se um fardo; e o nosso Estado ainda é pesado e lento”, defendeu.

De acordo com Passos Coelho, “uma das grandes tarefas” que o Governo tem pela frente é reformar o Estado tornando-o um instrumento “mais ágil e flexível para que possa fazer o que tem que fazer”.

“Acima de tudo, temos de continuar a reforma da política pública, a fim de permitir que a economia portuguesa para crescer e para libertar as forças criativas do povo português”, concluiu. – Fonte: Lusa



# Conselho de Ministros de 13 de Junho de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei sobre o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH) e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS), transpondo uma directiva comunitária relativa ao desempenho energético dos edifícios.

É feita uma revisão da legislação nacional, que se traduz em melhorias ao nível da sua sistematização e âmbito de aplicação, incluindo num único diploma legislação que se encontrava dispersa.

Este diploma dá sequência às políticas de promoção da melhoria do desempenho energético dos edifícios, inserindo-se igualmente no plano mais vasto dos compromissos assumidos pela União Europeia, tendo em vista alcançar os objectivos de redução do consumo de energia e da emissão de gases com efeito de estufa.

2. O Conselho de Ministros aprovou ainda uma proposta de lei relativa aos requisitos de acesso e de exercício da actividade do perito qualificado para a certificação energética, bem como do técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas, conformando-o com a transposição de uma directiva comunitária sobre o reconhecimento de qualidades profissionais.

3. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que actualiza os valores das contribuições dos beneficiários titulares de ADSE, ADM (Assistência na Doença a Militares) e SAD (Divisão de Assistência na Doença - pessoal policial e militar da PSP e GNR).

As alterações agora introduzidas estão orientadas para a autos sustentabilidade dos subsistemas de saúde, através de um reforço das contribuições dos beneficiários titulares, o que reduz o peso destes subsistemas no Orçamento do Estado. Esta orientação é uma questão de justiça e equidade entre cidadãos: tal como está, temos todos os contribuintes a pagar em parte sistemas dos quais não usufruem nem podem usufruir, porque não são trabalhadores do sector público. A partir de agora, apenas os titulares de ADSE, ADM e SAD irão contribuir para a sustentabilidade dos subsistemas, continuando a usufruir dos seus benefícios e permitindo assim a revitalização destes mecanismos de protecção social do Estado.

Importa acrescentar que, no seguimento de uma auditoria da Inspeção Geral da Defesa Nacional, de 2012, foi detectado que, nos anos de 2010 e 2011, não foram efectuados descontos para a ADM sobre os subsídios de férias e de Natal dos Militares. Foi ainda identificada a necessidade de corrigir a base de incidência dos descontos para a ADM, de forma a ser considerado o Suplemento da Condição Militar.

O presente diploma regulariza também as situações acima identificadas.

4. O Conselho de Ministros aprovou a prorrogação do regime excepcional de contratação de médicos aposentados pelos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.

Este regime, aprovado em 2010, estabelecia um prazo de vigência de três anos, prazo que então se entendeu adequado para colmatar a carência de médicos através do aumento das vagas e pela abertura de novos cursos de medicina.

Verificando-se que esse período foi insuficiente para responder à carência de médicos, o Governo entendeu que a solução mais adequada é, na actual conjuntura, prorrogar o período de vigência do referido regime por mais dois anos.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que define o estatuto das organizações não governamentais das pessoas com deficiência, bem como os apoios a conceder pelo Estado a tais organizações.

É estabelecido o regime da constituição, do âmbito, do objecto e da natureza jurídica dessas organizações, sendo ainda definidas regras sobre a sua representatividade e o regime aplicável aos seus dirigentes.



Com este diploma, para além da clarificação referida, permite-se que aquelas organizações assumam um papel cada vez mais relevante junto da sociedade e das pessoas com deficiência, na defesa dos seus direitos, tendo em vista a plena inclusão económica, social e política das pessoas que representam.

6. O Conselho de Ministros aprovou a extinção da Fundação Alter Real, pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, cuja dependência do financiamento público era superior a 50%, conforme se apurou no censo às fundações.

Fica assegurada, no quadro de extinção da Fundação Alter Real, a transferência de atribuições para a Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária e delegam-se na Companhia das Lezírias, S.A., as competências relativas à preservação do património genético animal das raças Lusitana, Sorraia e Garrano.

7. O Conselho de Ministros aprovou algumas alterações ao diploma que regula os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário.

No 1.º ciclo, procede-se ao reforço curricular de forma a permitir às escolas a tomada de decisões relativamente à organização do Apoio ao Estudo, da Oferta Complementar, assim como à gestão dos tempos a leccionar em algumas disciplinas. Promove-se a autonomia das escolas para permitir um maior apoio aos alunos na promoção do sucesso e no combate ao abandono escolar. Permite-se ainda uma maior optimização dos recursos no sentido de adequar as actividades a desenvolver aos perfis dos docentes. A escola assume agora um papel acrescido na organização de actividades de enriquecimento do currículo, fomentando uma gestão mais flexível e articulada das diversas ofertas a promover.

Nos cursos profissionais do ensino secundário é alargada a carga horária da formação em contexto de trabalho, com vista a desenvolver a componente técnica da formação, permitindo aos alunos uma aplicação dos conhecimentos adquiridos e o desenvolvimento de novas

aptidões que facilitem quer a sua integração no mundo do trabalho quer o prosseguimento de estudos.

8. O Governo aprovou um diploma que reconhece o interesse público do ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém, com a natureza de estabelecimento de ensino superior politécnico. Esta instituição de ensino superior privada sucede ao Instituto Superior de Línguas e Administração de Santarém, anteriormente reconhecido como estabelecimento de ensino superior universitário.

9. O Governo aprovou também um diploma que reconhece o interesse público da Escola Superior de Tecnologia e Gestão Jean Piaget do Litoral Alentejano, com a natureza de estabelecimento de ensino superior politécnico. Esta instituição de ensino superior privada sucede ao Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares - Santo André, anteriormente reconhecido como estabelecimento de ensino superior universitário.

10. O Governo aprovou ainda um diploma que reconhece o interesse público da Universidade Europeia, com a natureza de universidade. Esta instituição de ensino superior privada sucede ao Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa, anteriormente reconhecido como estabelecimento de ensino superior universitário.

11. O Conselho de Ministros aprovou onze minutas de contractos de investimento, nos quais são fixados os objectivos dos investimentos e as metas a cumprir pelos respectivos promotores.

Estes projectos de investimento foram analisados pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., e pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., tendo ambos concluído pelo especial mérito e interesse dos investimentos para a economia nacional, reunindo as condições necessárias para a concessão dos incentivos fiscais legalmente previstos. No mesmo sentido foi também o parecer do Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento (CICIFI).

12. Cabe referir, finalmente, que o Conselho de Ministros deliberou marcar a data das eleições autárquicas para o dia 29 de Setembro.

# “Não comparem a Grécia a Portugal, porque se enganam e enganam os outros”

O Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, considerou não existir comparação entre o encerramento da televisão grega e a RTP, cujo financiamento do Estado o Primeiro-Ministro disse só estar assegurado até 2014, visto que se mantinha a taxa para conjuntamente com a electricidade e é entregue à RTP, que constitui a maior parte da receita da TV Pública, que mantém uma receita derivada da publicidade, embora estatutariamente limitada.

Poiares Maduro falava em Santarém onde visitou a 50ª da Feira Nacional de Agricultura, que decorreu no centro Nacional de Exposições até ao dia 16.

A visita do ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional seguiu-se à do primeiro-ministro, Passos Coelho, que durante a manhã contactou com expositores do certame dedicado ao mundo rural.

“Essa comparação que alguns insistem em fazer é uma comparação que não é positiva para Portugal e é uma comparação falsa”, afirmou Poiares Maduro, referindo-se ao fecho da televisão e rádio pública gregas cujo serviço foi encerrado levando ao despedimento de 2.700 pessoas.

“Portugal, pela credibilidade internacional que conquistou, pelo processo de consolidação orçamental, que não é um processo isento de dificuldades e de sacrifícios, mas que nos tem evitado custos sociais muito mais elevados como aqueles que têm ocorrido na Grécia” não é, segundo o ministro, comparável com a Grécia, quer enquanto País, quer no que respeita às rádios e televisões públicas.

“A comparação não faz sentido porque na RTP o financiamento está assegurado dentro de certos limites”, garantiu o ministro reforçando que “a RTP precisa é de estabilidade, de confiança por parte dos trabalhadores, sendo claro qual é o sistema de financiamento que tem e os limites com que vai ter que viver”.

Os limites haviam sido, durante a manhã, já definidos pelo primeiro-ministro, Passos Coelho, que recusando também qualquer comparação entre Portugal e a Grécia, reafirmou a decisão do Governo de “prosseguir com a reestruturação da RTP de modo a garantir que a partir de 2014 o Orçamento do Estado não transfira nem mais um euro para o orçamento” da televisão pública que “terá de fazer o seu planeamento estritamente na base da taxa do audiovisual”.

## Encontro com parceiros sociais e forças políticas

Miguel Poiares Maduro encontra-se nesta semana com diversos parceiros sociais e políticos para discutir as prioridades do próximo quadro comunitário de apoio (2014-2020).

Na agenda do Ministro encontram-se reuniões individuais na quarta e quinta-feira com representantes das centrais sindicais, CGTP e UGT, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e da Confederação do Turismo de Portugal (CTP).

De acordo com fonte do Governo, o objectivo dos encontros prende-se com a “distribuição em termos de áreas e projectos que serão mobilizados no âmbito dos fundos da próxima programação”, a vigorar entre 2014 e 2020.

Poiares Maduro pretende saber das diferentes entidades quais as áreas que estas definem como prioritárias e que mais precisam de investimento para dinamizar a economia portuguesa.

Nos encontros não serão discutidas verbas para programas operacionais, até porque o próximo quadro comunitário não teve ainda a “luz verde” do Parlamento



Europeu.

Na terça-feira Miguel Poiares Maduro apelou à união de “actores económicos, políticos e sociais” em torno dos objectivos centrais para o próximo quadro comunitário de apoio, a vigorar entre 2014 e 2020.

Falando no Parlamento, na Comissão de Economia e Obras Públicas, Poiares Maduro incentivou os deputados das diferentes forças políticas a trazer ideias para o novo quadro comunitário, que, lembrou, irá ultrapassar uma legislatura.

Na mesma audição, o governante sublinhou que o próximo quadro de apoio comunitário terá como foco o reforço da competitividade externa da economia portuguesa.

“Há um défice de competitividade [na economia portuguesa]. É para aí que devemos dirigir boa parte dos fundos do próximo quadro de programação”, disse.

A proposta de Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia (UE) 2014-2020 prevê, pela primeira vez, montantes inferiores ao anterior (2007-2013): 959 mil milhões de euros em compromissos (autorizações) e 908 mil milhões de euros para pagamentos (despesas efectivas).- Fonte: Lusa

## Ministro da Defesa visita fragata “Álvares Cabral” que comanda a flotilha da UE no combate à pirataria no Índico

O ministro da Defesa, José Pedro Aguiar-Branco, visitou no dia 19 de Junho a fragata “Álvares Cabral”, que está a comandar a missão da União Europeia de combate à pirataria no Oceano Índico, disse à Lusa fonte oficial.

O governante português embarcou no navio em Pemba, Moçambique, e almoçou a bordo, assistindo a um ‘briefing’ e a um exercício desta força europeia.

A fragata da Marinha Portuguesa “Álvares Cabral” lidera desde o início de Abril a “Operação Atalanta”, que pretende assegurar a protecção dos navios do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas e, simultaneamente, combater a pirataria no Mar Vermelho, Golfo de Áden, Golfo de Omã e em toda a Bacia da Somália, incluindo a parte norte do Canal de Moçambique.

A missão da “Álvares Cabral” irá prolongar-se até 6 de agosto e conta com a participação, do lado português, de 221 militares, em que se incluem o comandante da força naval, um Estado-maior multinacional e a guarnição do navio (com duas equipas de abordagem).

Esta é a segunda vez que uma fragata portuguesa assume o comando da força naval da União Europeia que combate a pirataria na região do Índico. - Lusa



# Governo cria instituição para melhorar as condições de financiamento das PME

O Ministro da Economia e do Emprego defendeu no dia 14, que a instituição que o Governo está a criar para gerir fundos de entidades como o Banco Europeu de Investimento (BEI), vai melhorar as condições de financiamento das PME.

“É [uma instituição] importante porque sabemos que as nossas PME têm tido falta de financiamento e o que precisamos de fazer para as nossas PME terem mais financiamento e mais crédito é não só melhorarmos as condições de financiamento através deste tipo de instituições, baixando os ‘spreads’, mas diversificando as fontes de financiamento”, afirmou o ministro Álvaro Santos Pereira.

Álvaro Santos Pereira referia-se à instituição financeira de desenvolvimento para gerir fundos do Banco Europeu de Investimento (BEI) que o Governo está a criar, no âmbito de medidas enquadradas no novo modelo de governação dos fundos comunitários para 2014-2020 e que consta de uma resolução do Conselho de Ministros hoje publicada em Diário da República.

“A instituição financeira de desenvolvimento, a que às vezes se chama Banco de Fomento, é uma instituição cujo modelo só agora estamos a ultimar para podermos avançar no próximo ano”, precisou.

Álvaro Santos Pereira falava em Santarém, onde hoje visitou a Feira Nacional de Agricultura e tomou contacto com as queixas dos produtores e expositores.

“É fundamental que os produtores digam o que está bem e o que está mal” considerou o ministro depois de ouvir “claramente que as questões que têm vindo a



afligi-los são ao nível do financiamento, a falta de crédito e os ‘spreads’ serem demasiado elevados”.

Matérias em que Álvaro Santos Pereira diz que o Governo “tem sido bastante activo” lançando “linhas de crédito com garantias de Estado que possam estimular o financiamento da economia” ou, como exemplificou, assinando um protocolo com “a Associação Portuguesa de Bancos para baixar os ‘spreads’ das nossas PME”.

No final da visita em que assistiu a uma apresentação do programa “Portugal Sou Eu”, o ministro frisou a importância deste instrumento de sensibilização para o consumo de produtos nacionais.

“Estes programas são fundamentais para identificar melhor os produtos e fomentarmos a compra daquilo que é nacional”, afirmou, realçando a importância da escolha de produtos nacionais para o equilíbrio da balança comercial.

O Governo vai criar uma instituição financeira de desenvolvimento para gerir fundos do Banco Europeu de Investimento (BEI) e outras instituições financeiras, bem como reembolsos associados aos diferentes períodos de programação dos fundos comunitários.

A medida enquadra-se no novo modelo de governação dos fundos comunitários para 2014-2020 e consta de uma resolução do Conselho de Ministros hoje publicada em Diário da República.

O Governo dá 120 dias para que sejam concluídos os estudos técnicos de suporte à criação da futura instituição financeira pública que servirá para “potenciar os instrumentos financeiros com recurso a fundos comunitários”.

No próximo quadro comunitário de apoio, a coordenação técnica dos fundos será atribuída a uma nova entidade, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que resulta da fusão do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu e Observatório do QREN. -

Lusa

# Artur Aragão apresentou a sua candidatura à Câmara Municipal de Alfândega da Fé

No passado Domingo, dia 16, Artur Aragão apresentou publicamente a sua candidatura à Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

‘Alfândega por Paixão’ é o lema do seu projecto político que resulta de uma coligação entre o PSD e o CDS-PP.

Pedro Oliveira Pinto esteve presente e começou por caracterizar uma equipa que tenha os padrões ideais, uma equipa com Artur Aragão na liderança: «Uma liderança que não tenha receios, que saiba apontar caminhos e que saiba dizer para onde vamos»

Ao PSD@TV, o Presidente dos Autarcas Social-Democratas ainda referiu que com este candidato, Alfândega da Fé está no rumo certo: «Alfândega da Fé com Artur Aragão, certamente trilhará caminhos seguros de desenvolvimento»

Foi com um grande entusiasmo que Artur Aragão afirmou em que moldes se guia a sua equipa de trabalhos e o lema da sua candidatura:

Artur Aragão, afirmou: «Somos uma equipa jovem, forte, coesa e unida. Somos uma equipa com espírito de missão e com as pessoas no coração. Somos Alfândega por paixão!»

Após ser aplaudido com uma grande emoção por todos os presentes no final da sua intervenção pública, Artur Aragão salientou-nos a certeza que existe nesta vitória eleitoral: «Sempre com força, com muita esperança e com a certeza absoluta que vamos ganhar porque se todos estivermos juntos, o PSD e o CDS estiverem unidos à volta desta candidatura, dia 29 de Setembro somos com certeza Câmara Municipal de Alfândega da Fé!»

José Silvano, Presidente da Comissão Política Distrital de Bragança, Luís Terêncio, Candidato à Assembleia Municipal, os Deputados do Distrito Maria José Moreno e Adão Silva, Cecília Meireles e Manuel Cardoso em representação do CDS-PP, também marcaram presença neste acto.



# Jorge Moreira da Silva afirma que Portugal valoriza a sua relação com as instituições internacionais

Em visita à Feira da Santarém, o 1º Vice-Presidente e Coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva, em declarações prestadas à Imprensa, recordou a relação antiga de Portugal com o FMI, uma relação que já permitiu que Portugal fosse apoiado e resgatado noutras ocasiões e entende que não se pode culpar o FMI por todos os males que estão a acontecer e que este organismo não pode ser considerado como bode expiatório.

Durante a visita, Moreira da Silva lembrou a relação antiga de Portugal com o FMI, uma relação que Portugal deve preservar. Reagindo a palavras de Cavaco Silva que sugeriu que o FMI deveria no futuro sair da troika, Moreira da Silva reconheceu que a relação de Portugal com a União Europeia é «mais estreita» do que com o FMI.

«Mas não contem com o PSD para, de repente, fazer do FMI o bode expiatório da discussão internacional», acrescentou este dirigente do PSD, que não quis dizer abertamente se concordava com a ideia do Presidente da República.

Apesar disto, Jorge Moreira da Silva lembrou que a «relação de Portugal com o FMI já levou a termos ajuda em diversos momentos, não apenas nesta última intervenção». «Julgo que era importante separarmos o curto do médio e longo prazo. Para o futuro, vemos como potencial de desenvolvimento, o papel dos actuais fundos de estabilidade», explicou.

Referindo à relação de Portugal com as instituições, para além da “troika”, Moreira da Silva sublinhou ainda que o país valoriza a sua relação com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI e o seu papel no nosso resgate e subsequente desenvolvimento económico. – PL, com Ana Catarina Santos

## Congresso Autárquico de Viseu:

homenagem a Presidentes de Câmara que não se recandidatam

Viseu juntou-se num ensolarado Sábado, num Congresso Autárquico organizado pela Distrital do PSD, onde se homenagearam os 8 presidentes de Câmara que estiveram ao serviço das populações e que não se poderão recandidatar.

Jorge Moreira da Silva encerrou os trabalhos e justificou porque é que as próximas eleições autárquicas devem ser encaradas como eleições fundamentais.

“Os autarcas que serão eleitos no dia 29 de Setembro são autarcas que desenvolverão projectos já num contexto pós-troika, num contexto em que a consolidação orçamental, a credibilidade internacional e a estabilidade financeira, foram adquiridas e que é necessário encontrar outra opção de política pública nacional e de base local para que possam fomentar o crescimento e o emprego”

“/.../ São eleições muito importantes para a definição de um novo modelo de desenvolvimento e de crescimento.”

Foi também esta, a oportunidade de apresentar todos os candidatos do Distrito de Viseu, na presença de José Pedro Aguiar Branco Ministro da Defesa Nacional, António Leitão Amaro, Secretário de Estado do Poder Local e Manuel Castro Almeida, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

Intervieram ainda o Professor Doutor Rosa Pires e José Mota Faria Presidente da Distrital do PSD de Viseu.

Moreira da Silva este ainda na VI Acção de Formação «Blitz Autárquica» 2013, que reuniu transversalmente todos os candidatos à diversas autarquias dos Distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, no passado dia 15.

A acção, como as anteriores do esmo tipo, foi muito proveitosa e elogiada pelos candidatos presentes. - Audiovisuais



# O Secretário-Geral apresentou os candidatos autárquicos a Évora e Reguengos de Monsaraz

José Matos Rosa, Secretário-Geral do PSD, apresentou a candidatura de Francisco Zambujinho à Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, uma candidatura de coligação com o CDS-PP.

A coligação “Juntos Por Reguengos” tem em vista algumas acções futuras de maior urgência, há muito prometidas e nunca executadas, das quais se destacam, o incentivo ao desenvolvimento económico apoiando as empresas do concelho de todas as áreas, a revitalização do Parque Industrial da Cidade, a dinamização e a reabilitação das infra-estruturas existentes no Concelho, a dinamização da participação da Sociedade Civil Reguenguesa nas actividades do Concelho, o apoio à Cultura e a Defesa do Património construído e natural, o apoio à Juventude, o Desporto e a Acção Social, a revitalização das Freguesias, a manutenção da ligação rodoviária “cruzamento de S. Maços - Reguengos de Monsaraz”, incluindo a nova ponte sobre o rio Degebe.

Francisco Zambujinho é o “homem certo no momento certo e, como afirmou Matos Rosa, «Tal como no Governo de Portugal, onde a coligação PSD e CDS luta por um Portugal melhor, também Francisco Zambujinho encarna esse desígnio de, com esforço, com honestidade, com coragem, com abnegação, lutar por um Reguengos melhor, mais moderno, mais equitativo, mais actuante”.

– Audiovisuais, Povo Livre

## Paulo Jaleco apresentado por Matos Rosa como candidato à Presidência da autarquia de Évora

José Matos Rosa, Secretário-Geral do PSD, participou na apresentação da candidatura de Paulo Jaleco a Câmara Municipal de Évora, no dia 14 de Junho e empolgou a assistência com um breve discurso, que tocou os pontos principais da candidatura a Évora, afirmando:

«Em nome da direcção do PSD, agradeço o vosso amável convite. É uma enorme honra estar na apresentação do nosso candidato à Câmara Municipal de Évora. A primeira tarefa de um partido político e dos seus líderes é de construir um projecto político que sirva e defenda os interesses das populações, do Estado Social e dos cidadãos mais expostos. Actuamos, em conjunto, para encontrar respostas para os problemas colectivos. Queremos atacar de frente as nossas fragilidades gerais: na economia, nas finanças, no sistema político, no corpo das leis, nas instituições. O mesmo se passa no plano local. Os Autarcas são eleitos democraticamente para resolverem os problemas das populações. Quero, antes de mais, saudar a vossa coragem em se juntarem ao projecto autárquico para o concelho de Évora. Portugal precisa de cidadãos mobilizados, e os nossos militantes são a primeira linha para ultrapassar os obstáculos com que este concelho se depara. Évora precisa do Dr. Paulo Jaleco, que é o candidato da excelência, da exigência e do trabalho. Integrou, em 2009, a lista à Câmara de Évora e agora apresenta-se como o cabeça de lista deste projecto político... É um médico-cirurgião, conhece bem os sentimentos e os valores desta maravilhosa terra. Foi director clínico do Hospital de São Paulo, em Serpa, tem provas dadas no domínio da gestão. Foi eleito, entre 1997 e 2005, Presidente da Assembleia de Freguesia de Juromenha, e membro da Assembleia Municipal de Alandroal, cargo que ocupou entre 2005 e 2009. Tem uma vasta experiência de contacto com o mundo desportivo, foi dirigente associativo nas modalidades de futebol, rugby e andebol... E agora é o nosso “atleta” para a missão autárquica 2013. Conhece e contacta com associações da sociedade civil, tendo sido médico dos



Bombeiros Voluntários de Évora e Vice-Presidente da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Alandroal. Numa palavra, temos um homem dedicado à causa pública. Temos um candidato que procura “servir e transformar a nossa sociedade”, e acredita nos valores da justiça social, da solidariedade e do bem-estar. Quero saudar extensivamente todas as mulheres e homens que, ao longo dos anos, têm servido as populações na qualidade autarcas neste Concelho. [...] O PCP e o PS já governaram esta autarquia, mas agora é a hora de dar oportunidade a

um projecto ambicioso e ganhador!!! É o projecto do Dr. Paulo Jaleco e da sua equipa! Permitam-me que partilhe convosco algumas ideias muito importantes. Portugal vive um momento histórico muito particular, no pós-25 de Abril. Nós sabemos que o esforço que tem vindo a ser feito, praticamente por toda a gente – Estado, empresas e cidadãos -, é um esforço enorme, e sabemos ainda mais, que não nos podemos distrair durante os próximos anos. [...] Os portugueses sabem com o que contam da parte do PSD... É a terceira vez que um governo socialista



pede ajuda para evitar a bancarrota, e é a terceira vez que um Governo do PSD vem salvar o País. O Executivo está empenhado nestes dois objectivos: resolver os problemas imediatos que se colocam a Portugal (a dívida e o défice) e construir um modelo de desenvolvimento sustentável (com reformas e políticas públicas orientadas para esse fim). Não desistiremos dessas causas! É essa a nossa missão!!! Estamos a encerrar este período de emergência, estamos a pouco tempo de regressar aos mercados e de não precisarmos mais da “troika”... Aliás, queremos ser autores das escolhas próprias, sem ter de prestar contas a cada três meses à “troika”... [...] Os Portugueses compreendem que: - Conseguimos um corte na despesa primária em 13,4 mil milhões de euros entre 2011-2012; - Obtivemos o regresso antecipado aos mercados, com duas emissões de dívida consideradas um sucesso; - Alcançámos uma redução sustentada dos juros da dívida soberana em mercado, que se traduziu numa poupança de 800 milhões de euros na renegociação dos juros do empréstimo da “troika”; - Cortámos nas rendas excessivas do sector energético e nas Parcerias Público-Privadas; - Celebrámos, na saúde, acordos inéditos com indústria farmacêutica, médicos e sindicatos, com poupanças significativas com política do medicamento e promoção dos genéricos; - Apresentámos o Programa de Emergência Social, que inclui uma majoração de 10% dos

subsídios de desemprego para casais desempregados, tarifas sociais de transportes e energia, rede solidiedade de cantinas sociais, banco de medicamentos, e acordo com IPSS; - Executámos um amplo programa de reformas estruturais: na Administração Central (Sector Empresarial do Estado, PREMAC), Lei dos Compromissos, Novo Mapa Judiciário, reforma dos códigos do Processo Civil, Penal e do Processo Penal, Insolvência e Recuperação de Empresas, Lei do Arrendamento Urbano, o IVA de Caixa e o Super-Crédito fiscal... Mais de cinco milhões de utentes estão isentos de taxas moderadoras, aumentámos as pensões mais baixas... Temos um profundo respeito pelos sacrifícios dos Portugueses: pelos Portugueses que trabalham e pelos Portugueses que perderam os seus empregos! Mas estamos a criar melhores condições de confiança, para que haja investimento no nosso País e para que os cidadãos não tenham que pagar tantos impostos! Em Setembro, teremos eleições autárquicas e o Partido Social Democrata vai apresentar-se a estas eleições com um património político de trinta e nove anos de combate pela afirmação do poder local. Somos a força política que elegeu, nas últimas autárquicas, o maior número de Presidências de Câmaras e de Juntas de Freguesia. Para superar os problemas estruturais que afectam Portugal e para dar uma resposta, de base

local, aos novos desafios, é importante que vençamos as eleições autárquicas. E nós queremos obter um resultado histórico em Évora. Não podemos ter medo de arriscar... O combate das eleições autárquicas é muito importante para o futuro do país. Estas eleições autárquicas são especiais, porque abrem um ciclo pós-“troika”. As eleições ocorrem num momento em que o poder local tem a oportunidade de participar de uma forma ainda mais significativa num novo modelo de desenvolvimento que vá para além de um resgate económico e financeiro. As reformas fazem-se no terreno e é o poder local que tem um papel cada vez mais central nas decisões sobre investimento ou nas políticas seguidas ao nível da qualidade de vida das pessoas. Em termos concretos, atribuímos muita importância a estas cinco linhas de actuação política: 1. Aprofundarmos a democracia, através de uma maior descentralização político-administrativa e de um maior envolvimento dos cidadãos na governação local; 2. Promovermos a coesão territorial, combatendo a desertificação do interior e a degradação da qualidade de vida nas cidades; 3. Fomentarmos o empreendedorismo de base local, inovando e arriscando, tirando partido dos talentos, da criatividade e das infra-estruturas; 4. Assegurarmos a igualdade de oportunidades e a mobilidade social; 5. Apostarmos na eco-eficiência, nas tecnologias limpas e no apoio às Pequenas e Médias Empresas. O poder local é o “instrumento político” mais próximo das comunidades. No PSD e no CDS-PP, aqui em coligação, temos os melhores para fazer de Évora uma cidade de referência. Temos os melhores para fazer de Évora uma cidade de progresso.

Não posso desejar-vos senão muitos sucessos! Com trabalho, responsabilidade e determinação, vamos triunfar!»

### Uma promessa, única mas fundamental, de Paulo Jaleco

O candidato, Paulo Jaleco, que fez um discurso muito emotivo sobre a capital do Alentejo, cidade património da Humanidade, que desde Abril de 1974 tem sido governada à Esquerda, com crescente degradação e descontentamento popular, afirmou, já a terminar: “Deixo-vos uma certeza: a certeza de que farei tudo o que estiver ao meu alcance para que os meus filhos e todos os jovens de Évora possam gostar tanto de Évora como eu gostava quando tinha as suas idades”.

E o “slogan” “Évora Primeiro” estará presente em todas as acções de candidatura, que o PSD espera possa vir a quebrar as cadeias em que a extrema-esquerda tem mantido os espíritos e as vontades daquela magnífica cidade, onde- felizmente - a presença da Universidade e a infusão de ideias dos mais jovens têm libertado o pensamento dos eborenses. - Audiovisuais

# PSD defende a promoção do desporto escolar

Pedro Pimpão apresentou, dia 12, em nome do PSD, um projecto de resolução que incentiva a promoção do desporto escolar e da prática desportiva pelos jovens. No início da sua intervenção, o parlamentar do PSD recordou que, nesse dia mesmo, estava a decorrer um encontro nacional do projecto piloto de alargamento do desporto escolar, uma iniciativa inovadora lançada por uma plataforma entre Instituto Português do Desporto e Juventude, a Direcção-Geral de Saúde e a Direcção-Geral de Educação.

De acordo com o deputado, o exercício físico é uma matéria muito importante, pois traz inúmeros benefícios para os seus praticantes, ao longo da vida, razão pela qual a sua promoção é uma das várias políticas públicas que é preciso assumir como prioridade. “Realizar exercício físico pode trazer um conjunto de benefícios, não só a nível físico, como psíquico e social. A nível psíquico, eleva a auto-estima dos praticantes. A nível social, o desporto assume-se como um lugar privilegiado para se realizarem laços sociais de amizade, espírito de ajuda, etc. A nível físico o desporto ajuda no combate à obesidade, reduz o risco de doenças cardiovasculares. A prática do desporto em contexto escolar assume-se enquanto peça-chave, na medida em que executa essa promoção junto dos mais jovens, num ambiente controlado e seguro do ponto de vista da saúde pública, possibilitando aos alunos portugueses a prática de inúmeras modalidades desportivas”.

Pedro Pimpão declarou que os social-democratas pretendem que o Governo reformule o projecto do Desporto Escolar, actualizando a sua missão, visão e estratégia de operacionalização nacional, incentive a celebração de protocolos para a utilização e rentabilização dos equipamentos desportivos escolares durante os períodos não-lectivos, permitindo assim uma maior abertura da escola à comunidade, crie condições para que exista continuidade na prática desportiva após a escolaridade obrigatória e dê um novo impulso ao desporto universitário.

A terminar, Pedro Pimpão frisou que é necessário libertar o desporto escolar do actual predomínio do voluntarismo, oferecendo a esta actividade uma rede mais integrada e abrangente. “Existem hoje sinais positivos, porque há mais praticantes de modalidades desportivas em Portugal, mas todos temos que dar o nosso contributo para que continuemos a trilhar o caminho do aprofundamento da prática desportiva na sociedade portuguesa”, disse.



## Nuno Serra garante continuidade de um serviço postal universal



Durante o debate de actualidade sobre a privatização dos CTT, o deputado do PSD Nuno Serra recordou que este é o terceiro momento que o Parlamento se debruça sobre esta matéria. Nos dois primeiros, lembra o parlamentar, ficou bem claro que continua a existir carteiros, as pessoas continuam a poder fazer os seus pagamentos e continua a existir um serviço de confidencialidade. Em suma, os CTT e o Governo garantiram que vai continuar a existir um serviço universal postal dentro dos mesmos moldes que existiam.

No debate de dia 12 de Junho, o parlamentar social-democrata afirmou considerar que está a ser feito um debate puramente ideológico e demagógico, centrado na empresa que vai assessorar a privatização. Neste sentido, o parlamentar recordou que foram contactadas 24 entidades, num processo de grande seriedade.

Nuno Serra dirigiu-se aos partidos da oposição e referiu que se estes tivessem aceitado fazer parte da Comissão que pretendia debater a reforma do Estado o resultado podia ser diferente e as suas opiniões poderiam ter sido atendidas. No que respeita à posição do PS, o social-democrata recordou que este foi o partido que assinou o acordo com a “troika” onde assumiu, em nome de Portugal, o compromisso de privatizar esta empresa até ao fim de 2013. “Para surpresa de todos, a 6 meses de terminar este prazo, o PS decide que agora já não concorda em privatizar aquilo que assumiu que ia privatizar. Para surpresa de todos esta decisão não foi há 2 anos, foi a 6 meses de terminar o prazo. O PS teve dois anos para assumir essa inflexão”.

Face à postura dos socialistas, Nuno Serra concluiu a sua intervenção declarando que a questão actual é saber o que é que o PS ainda quer que Portugal assuma e cumpra do memorando da “troika” por si assinado.

Por seu turno, o deputado Paulo Batista Santos desmontou a argumentação do PCP, recordando que o PCP se referia ao encerramento de centenas de lojas, quando, na verdade, fecharam 124 estações e abriram

78 postos, traduzindo-se num saldo negativo de 46, num universo de 2478 lojas dos CTT, de 338 centros operacionais e de 3913 agentes Payshop.

# Ricardo Rio entregou Certificados na Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho

Ricardo Rio, líder da coligação “Juntos Por Braga”, entregou certificados de Formação Profissional aos formandos que concluíram Acções Modulares nas áreas de Informática, Apoio à Criança, Hotelaria e Comércio na Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho (Adere-Minho). Os certificados entregues por Rio corresponderam a acções de formação que tiveram lugar em Braga. A cerimónia de entrega dos diplomas contou ainda com a presença de Abílio Vilaça, presidente da Adere-Minho, e com a participação especial do conhecido Chef Hernâni Ermida, que efectuou um Show Cooking de receitas saudáveis que colocou à disposição de todos os presentes.

Como explicou Abílio Vilaça, a Adere-Minho - Associação para o Desenvolvimento Regional do Minho -, fundada em 14 de Setembro de 1990, tem como objectivos principais a valorização do potencial endógeno do Minho e a promoção do desenvolvimento integrado da região. “Para atingir esses fins, estabelecemos protocolos de colaboração e cooperação com várias instituições públicas e privadas tais como cooperativas, associações, câmaras, IPSS, Santa Casa Misericórdia e bancos”, salientou.

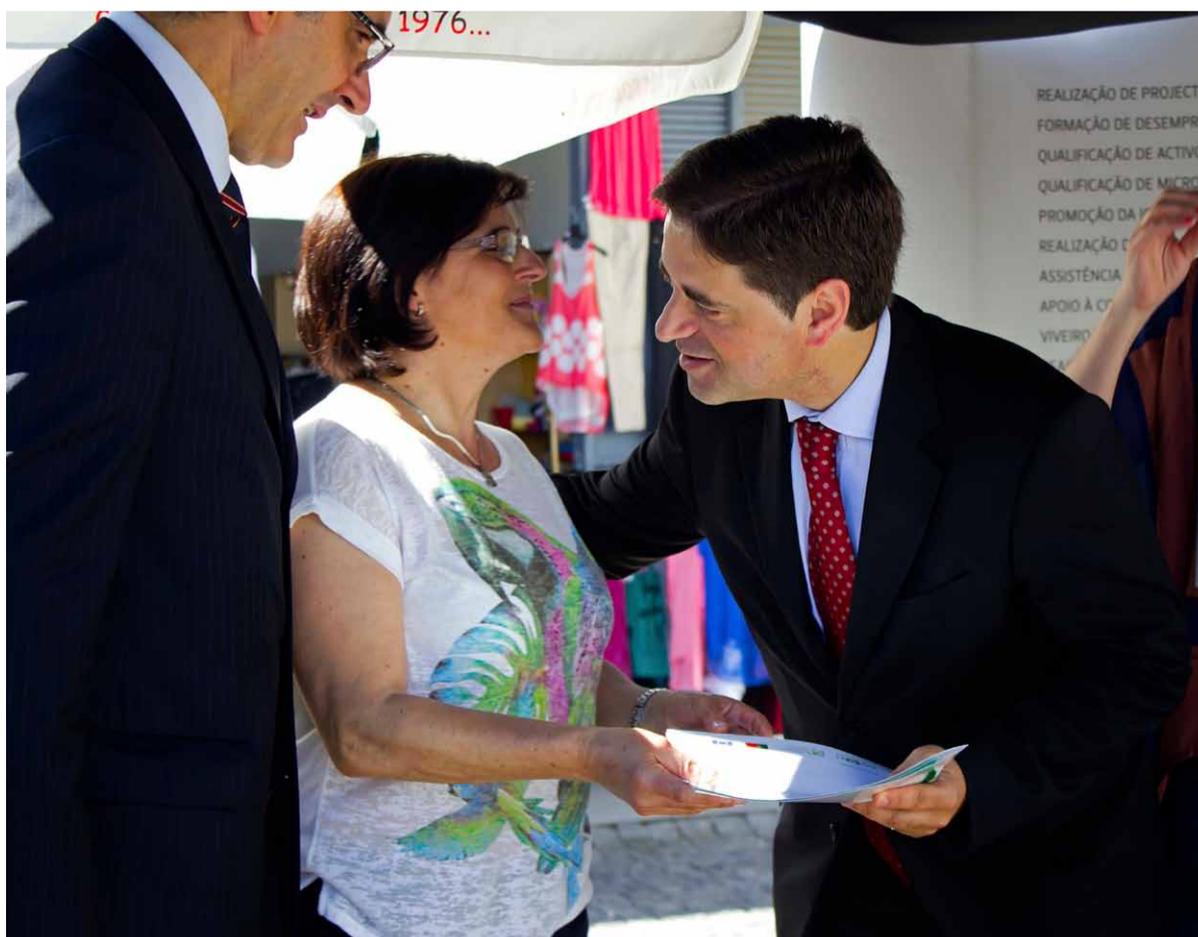
Por seu turno, o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga fez questão de iniciar o seu discurso com um agradecimento pelo convite endereçado para estar presente nesta iniciativa em Vila Verde. “É com enorme orgulho e felicidade que participo nesta cerimónia. Vocês são a prova e a marca do trabalho de grande valor que tem sido desenvolvido ao longo destes anos pela Adere-Minho”, afirmou.

Para Ricardo Rio, este é um projecto notável e que tem tido resultados evidentes. “O importante nestas iniciativas é que se veja os resultados e, neste caso, eles são bem visíveis. A Câmara Municipal de Braga deve ter a Adere-Minho como parceira activa, de forma a aproveitar também em Braga a experiência de sucesso que aqui estão a desenvolver em Vila Verde”, defendeu, salvaguardado que em Braga essa experiência teria de ser necessariamente ajustada, dados os diferentes contextos e realidades dos dois concelhos. “Braga é uma terra de artes e ofícios muito relevantes e que merecem ser preservados e valorizados, nomeadamente através da preparação de novos profissionais para o desenvolvimento dessas actividades no futuro”.

## Esforço de adquirir competências “irá dar frutos”

Nesse sentido, o responsável da Adere-Minho acrescentou que a instituição pretende continuar a desenvolver laços de cooperação e de associativismo activo para a promoção do bem comum na região. “A dinamização do nosso tecido económico depende muito do trabalho conjunto entre as várias entidades, aproveitando cada uma o que a outra tem de melhor e sabendo conjugar esforços. Da nossa parte, estaremos sempre disponíveis para contribuir para o desenvolvimento local e para a qualificação dos agentes de desenvolvimento da região”, afirmou.

Por fim, Ricardo Rio deixou uma palavra de “estímulo” e “esperança” a todos os formandos que concluíram os seus cursos, enfatizando que no futuro o esforço de estudar e adquirir competências irá “dar frutos”. “Parabéns pelo vosso esforço e por terem tido a força para terminar mais esta etapa da vossa vida. Vocês fizeram a vossa parte. Agora é importante que as outras entidades façam a parte delas, criando condições para que possam desenvolver projectos próprios que correspondam à realização dos vossos sonhos”, sublinhou, reforçando que propiciar essas mesmas condições será uma das prioridades da coligação “Juntos Por Braga”, quando assumirem a liderança do executivo municipal de Braga.



# Cortes do governo regional na Saúde são o “maior ataque” ao Estado Social nos Açores

A proposta de cortes “que o governo socialista quer concretizar no serviço regional da Saúde é o maior ataque ao Estado Social construído pela Autonomia” considerou ontem, em Angra do Heroísmo, o presidente do PSD/Açores.

Duarte Freitas, que falava na sessão de apresentação da candidatura da coligação “Por Angra”, dia 14, defendeu, por isso, que “a proposta de cortes do governo regional na Saúde constitui um revés para os açorianos”, porque “vai dificultar o acesso dos açorianos a cuidados de saúde e é especialmente penalizadora para as nossas populações”.

O líder dos sociais-democratas açorianos considerou, assim, “muito estranho ver nos últimos dias vários socialistas, curiosamente da Terceira, a apelar à necessidade de consenso, como se a proposta que o governo regional apresentou fosse consensual no próprio Partido Socialista”.

“Como se alguns socialistas não dissessem claramente em voz alta aquilo que quase todos pensam baixo”, acrescentou.

Duarte Freitas estranhou, ainda, “o triste exemplo” que tem sido dado por alguns socialistas, como é o caso do líder parlamentar “que apareceu na comunicação social um dia a elogiar a proposta do governo, a dizer que ela era excelente e que os partidos da oposição só por demagogia e oportunismo eleitoral a criticavam e dois dias depois percebeu que afinal não são só os partidos da oposição que a criticam acompanhados por muitos socialistas, pelas entidades representativas do sector, e pela população”.

“Agora já diz que afinal é preciso consenso e diálogo e que até estava disponível para assinar com a oposição



o debate de urgência que terá lugar no parlamento para a próxima semana. Isto, sim, é o cúmulo da demagogia e do oportunismo eleitoral”.

O presidente do PSD/Açores defendeu, ainda que “Angra do Heroísmo precisa de uma nova forma de governo municipal que possa retirar o concelho do marasmo em que ele mergulhou em que a câmara municipal nem passeio e calçadas consegue fazer”.

Duarte Freitas alertou ainda para “o retrocesso que seria uma eventual vitória da candidatura socialista”.

“O PS apresenta em Angra como candidato o gover-

nante responsável pelos resultados catastróficos que estamos a verificar na Educação e que colocaram os Açores como a pior região europeia no que diz respeito ao insucesso e ao abandono escolar. É este o cartão de visita do candidato do PS em Angra do Heroísmo”, disse.

“Com António Ventura e Artur Lima os angresses deixarão de se sentir embaraçados com a sua autarquia, saberão que a câmara municipal estará sempre, mas sempre, disponível para ajudar a resolver problemas, disponível para ajudar a encontrar soluções, disponível para que todos os angresses possam voltar a ter orgulho em Angra do Heroísmo”, afirmou.

## António Ventura quer uma “nova gestão” para Angra do Heroísmo

O candidato da coligação “Por Angra” à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, António Ventura, disse que o concelho “não pode continuar apático, imóvel, estagnado e esquecido”, sendo necessário “acordar da sonolência e arregaçar as mangas”. “É este o compromisso que tenho com o Dr. Artur Lima, de recuperar o tempo perdido, de assegurar uma nova gestão em favor de uma causa maior que se chama Angra”, afirmou, António Ventura, na apresentação da candidatura.

“Estou convicto do que digo, porque unimos forças, juntamos as melhores ideias e traçamos o melhor futuro para Angra do Heroísmo. Vamos conseguir e temos a razão do nosso lado”, disse o social-democrata, perante um lotado auditório da Escola Tomás de Borba, onde lembrou que o PSD-Açores tinha razão vaticinou, há quatro anos, que os dirigentes do PS não eram capazes de desenvolver Angra. “Os eleitos desistiram a meio, abandonaram a câmara e os angresses e os projectos ficaram na gaveta. Não vamos permitir que o mesmo volte a acontecer”, garantiu.

O candidato da coligação “Por Angra”, que reúne o PSD e o CDS-PP, quer um concelho mais solidário. “E, para termos uma Angra do Heroísmo mais solidária, nem tudo se resume a mais dinheiro, basta sim termos uma melhor gestão dos recursos existentes. Por exemplo, temos muitas instituições de solidariedade social e não existe um único momento de encontro entre todas para podermos dialogar, de modo a rentabilizar os recursos e a evitar a sobreposição. Cabe à câmara municipal liderar esta articulação”, enalteceu.

“Vamos sentar-nos todos à mesma mesa: Univer-

sidade, Associações, Câmara do Comércio, Empresários, para falar sobre o emprego. Para recolher ideias e complementar sinergias, numa altura em que a falta de trabalho é um dos principais factores de desagregação da família, um dos principais factores de pobreza”, afirmou o candidato da coligação “Por Angra”.

“Assim, reabilitar e reconstruir serão as palavras de ordem, pois Angra do Heroísmo está cheia de ruínas. Recuperar casas degradadas nas freguesias é a nossa aposta, com um Programa de Reabilitação Urbana para dar trabalho às nossas Pequenas e Médias Empresas e manter o emprego. Basta de dar obras às empresas de fora e as nossas ficarem com os restos, com as subempreitadas. O dinheiro dessa forma é exportado”, frisou.

Da mesma forma anunciou a preocupação “com os filhos da terra que têm dificuldades em continuar os seus estudos, pelo que vamos contribuir para inverter essa realidade, aumentando as bolsas de estudo e apoiando a primeira deslocação. Porque acreditamos nos jovens. São fonte de dinamismo, de criatividade e de esperança, e sem eles, Angra está condenada a parar no tempo”.

António Ventura propõe-se também a descentralizar a cultura, “porque a cidade não pode ser uma sombra para as festividades de freguesia. A cidade não deve competir com elas”, da mesma forma que “é urgente reabrir o Teatro Angrense e resgatá-lo das térmitas”.

Em relação à actual gestão do concelho, o candidato frisou que “é inaceitável e é uma vergonha que a Câmara de Angra do Heroísmo esteja submissa perante o poder regional. É uma postura humilhante e repugnante, que jamais aceitaremos”, criticou Ventura, lembrando que



“já nos levaram tudo. Foi a Lotaçor, foi o Comando de Polícia, foi a Direcção de Finanças, foi o aviãozinho da SATA, e agora querem levar a Saúde”, enumerou.

“Mas grave é o poder local não dizer nada. Precisamos de uma voz reivindicativa. Precisamos de uma câmara e de uma assembleia municipal que bata o pé, que diga não a esta centralização interna promovida pelo PS”, avançou António Ventura, para quem “a câmara não pode continuar a ser um simples balcão de atendimento, deve assumir-se como um poder de defesa de Angra do Heroísmo. E os angresses têm também agora a possibilidade, com estas eleições, de eleger um poder para defender a Terceira”, concluiu.



# POVO LIVRE

Director: José Silva Marques

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 414 • 30 de Junho de 1982 • Preço 15\$00

## GRANDE CORDIALIDADE NA VISITA DE PINTO BALSEMÃO A MOÇAMBIQUE

Reveste-se de grande cordialidade a visita ao Maputo do Primeiro-Ministro, Francisco Pinto Balsemão, que tem tido da parte da população vibrante acolhimento, expresso nomeadamente no momento da chegada, no aeroporto.

Ao receber o chefe do governo português, o presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, afirmaria: "Bem-vindo, Balsemão".

No caminho da continência às bandeiras e dos hinos nacionais dos dois países, o chefe do Executivo português e o presidente moçambicano travaram um curto diálogo: "Muito trabalho em Moçambique" — disse Machel. "Por lá também" — retorquiu Francisco

Balsemão. "Posso imaginar", respondeu Samora Machel.

Depois da recepção oficial, o Primeiro-Ministro português dirigiu-se à residência presidencial "Nova Casa", onde almoçou em privado. De tarde conferenciou pela primeira vez em privado com o chefe do Estado de Moçambique e dirigente da Frelimo. À noite, no banquete que ofereceu a Balsemão, Samora Machel considerou a visita "um acontecimento extremamente importante", pois "não é fácil que depois de uma guerra, dois países possam, em tão curto espaço de tempo, encontrar caminhos de uma cooperação frutuosa".

Por seu turno, o Primeiro-Ministro português

fez questão de sublinhar que vidas portuguesas foram sacrificadas em terra moçambicana "ao arripio das mais antigas tradições da convivência da história portuguesa". Na mesma altura, Francisco Pinto Balsemão salientou também que "a ditadura em Lisboa atirou Portugal para os últimos lugares da Europa".

O segundo dia da visita foi dominado pelas conversações oficiais entre as delegações dos dois países, para servirem para dar os últimos retoques em decisões de carácter económico e financeiro que visam impulsionar a cooperação bilateral, como sublinhou o Primeiro-Ministro Português. Por seu turno, Samora Machel, que fez uma

apreciação da cooperação bilateral, sector a sector, concluiu quase sempre que "ainda podemos ir mais longe".

O primeiro acto oficial de Francisco Balsemão no segundo dia da sua visita oficial a Moçambique foi a homenagem que prestou no Maputo aos combatentes da Frelimo, depositando uma coroa de flores no Monumento aos Heróis de Moçambique. Na homenagem aos combatentes, Pinto Balsemão foi acompanhado pelo ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano e pela comitiva oficial portuguesa.

A coroa de flores, em cujas fitas se lia "homenagem do primeiro-ministro de Portugal, foi conduzida em passo lento por um rapaz e uma rapariga em farda de gala das Forças Armadas de Moçambique.

Além das conversações oficiais, Francisco Pinto Balsemão visitou o Museu da Revolução, onde assinou o livro de Honra e recebeu os cumprimentos de 47 embaixadores e representantes de movimentos políticos acreditados no Maputo.

"Portugal participa e trava a sua luta no seu território defendendo a sua independência nacional. Moçambique prossegue também a sua luta. Os caminhos serão diferentes, porque as realidades são distintas, mas os objectivos são os mesmos. A luta continua. Vamos vencê-la", foi o teor da men-



O presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, abraça efusivamente Pinto Balsemão à sua chegada a Maputo

sagem que Pinto Balsemão deixou escrita no Livro de Honra, do Museu da Revolução.

### Acordos de cooperação

Pensa-se que durante esta visita ao Maputo do Primeiro-Ministro Português não deixarão de ser assinalados novos acordos nos campos financeiro, cultural e judicial.

Um acordo de pescas, que define o quadro geral da cooperação no sector, será assinado no termo da visita. O documento, já negociado com base numa proposta do Maputo, prevê o licenciamento de embarcações de bandeira portuguesa para operar nas águas moçambicanas. Outro acordo, cuja assinatura é dada como certa é o que contempla a área de cooperação cultural. Mas é, efectivamente, nos domínios económico e financeiro que recairão as mais importantes decisões,

decisões essas que permitirão concretizar acordos concluídos desde a viagem de Eanes. O último em data desses contratos prevê o financiamento, por um consórcio franco-português, da reconstrução da via férrea entre Nacala e o Malawi.

Recorde-se que Portugal e Moçambique estão a negociar um novo acordo financeiro que completa a linha de crédito de 125 milhões de dólares, aberta no ano passado. O grau de utilização desta linha, destinada a financiar a importação de bens de consumo e equipamento no mercado português, tem sido muito baixo, porque Moçambique considera desfavoráveis algumas das suas condições de amortização. No campo económico também se espera que seja tomada uma decisão contemplando uma proposta de Moçambique com vista ao lançamento conjunto de um projecto de desenvolvimento da cultura do algodão.



O primeiro-Ministro de Portugal, acompanhado do presidente Machel e da senhora de Pinto Balsemão saúdam a multidão que acorreu ao Aeroporto de Maputo

### ACÇÃO GOVERNATIVA

#### Conselho de Ministros

aprovou carreiras médicas

e regiões turismo

Governo protege preços

(PÁG. 2)

## Mensagem do Primeiro-Ministro no 60.º Dia Mundial da Cooperação

Os Cooperativistas de todo o mundo comemoraram mais um Dia Mundial da Cooperação.

Cumprimo-me, por isso enviar a todos os membros das Cooperativas portuguesas, dirigentes e colaboradores, uma saudação muito especial, partilhando com eles a alegria desta data. Momentos de comemoração e festa como este, devem também servir para uma reflexão profunda e mobilização de vontades que permitam um trabalho profíquo e duradouro na construção de um Sector Cooperativo português, social e economicamente, cada vez mais expressivo.

Considero tarefas prioritárias deste Sector:

- A educação cooperativa dos seus membros.
- A formação profissional dos quadros dirigentes e dos trabalhadores.
- A introdução de lições sobre cooperativismo nos

diversos graus de escolaridade, de modo a interessar a nossa juventude pelos seus valores éticos.

Compete às Cooperativas desenvolver um esforço continuado no combate ao desemprego, através da criação de novos postos de trabalho.

Cabe-lhes, ainda, aprofundar o seu novo ordenamento jurídico aprovado pelo Governo, com vista a uma estruturação eficaz que proporcione o seu contínuo reforço e desenvolvimento.

Por último, exorto as organizações cooperativas a enriquecerem as suas formas de diálogo fraterno e tolerante entre os homens, por forma a contribuírem para a pacificação da sociedade e o reforço da Paz mundial.

Francisco Pinto Balsemão



## O homem invisível

João Pereira Coutinho (\*)

Os jornalistas aproximam-se de António José Seguro e perguntam: concorda com a greve dos professores em dia de exames? Seguro responde: apelo ao bom senso das partes porque o governo deixou gangrenar o problema. E os jornalistas repetem a pergunta. E Seguro repete a resposta. Percebo o que se passa na cabeça de Seguro durante esta farsa. Por um lado, apoiar a greve seria revoltar milhares de famílias que têm os filhos em pânico e as férias arruinadas. Por outro lado, condenar a greve seria alienar milhares de professores que também votam PS. Melhor não dizer nada e não se comprometer com nada, na esperança piedosa de não assustar as manadas. Seguro representa bem o tipo de político que os partidos geraram: um holograma simpático que, na hora do aperto, não gosta de ser apertado. Vai longe. Nós, com líderes destes, é que não

(\*) **Doutorado em Teoria e Ciência Política Contemporânea, cronista ©CM**



## Ninguém ensina os professores?

Alberto Gonçalves (\*)

A greve dos professores suscitou um manifesto de apoio por parte de 22 autodesignados artistas, do cançonetista Carlos Mendes ao filhote de Lucas Pires. O manifesto começa com uma relativa evidência: “Sem Educação não há país que ande para a frente.” Infelizmente, prossegue com generalizações diversas, umas difíceis de provar, outras fáceis de desmentir. O tom geral é o de que a classe docente constitui uma entidade abstracta, sempre maravilhosa, incansável e esclarecida. Em Portugal, o sabujismo rende.

Donde a proliferação dos sabujos. Além de subscrever o texto, o escritor José Luís Peixoto alinhavara, em 2011, um texto pessoal no qual desenvolveu os arrebatamentos líricos e que o site do Bloco de Esquerda agora resgatou: os professores, garante a promessa da ficção nacional, trazem consigo “todo o conhecimento do mundo que nos antecedeu”. Além disso, os professores “não vendem o material que trabalham, oferecem-no”, visto que “o trabalho dos professores é a generosidade”. Os professores, com “as suas pastas de professores, os seus blazers, os seus Ford Fiesta com cadeirinha para os filhos no banco de trás” são, jura o sr. Peixoto, “os guardiões da esperança”. Os professores “ensinaram-nos que existe vida para lá das certezas rígidas, opacas, que nos queiram apresentar”. E quanto a nós, antigos alunos, “basta um esforço mínimo da memória, basta um plim pequenino de gratidão para nos apercebermos do quanto devemos aos professores”.

Bonito, porém improvável. Se me inclinar ao tal esforço mínimo, e máximo, da memória, não abundam os “plims” (?) pequeninos de gratidão. Ao contrário do sr. Peixoto, homem de sorte, nunca tive professores que trabalhassem de borla, tive poucos carregados de conhecimento, ignoro os modelos dos automóveis que conduziam e, ao que me lembro, a função da maioria consistia justamente em encher-nos de certezas rígidas e opacas. Comecei a espernear no dia em que me arrastaram para a “primária”. Parei de espernear no dia em que concluí a licenciatura, de longe o maior alívio que senti na vida.

É claro que, da primeira à quarta classe e à custa de salvíficas reguadas, a dona Julieta me ensinou a fazer contas (da leitura e da escrita os meus pais e avós trataram antes). É claro que, no liceu, recordo meia dúzia de almas competentes e uma dúzia de almas esforçadas. E é claro que não esqueço um certo professor de história económica na faculdade. O resto foi uma imensa perda de tempo, às vezes uma tentativa de desvitalização do cérebro e, muito por feito meu, uma longa tortura, que nem as benesses escolares alheias às aulas resgataram. Levei com gente que nos forçava à escuta de “Zeca” Afonso, gente que presumia a familiaridade de adolescentes com Schrödinger, gente convencida de que Pierre Bourdieu era um pensador, gente parcialmente analfabeta, gente que corria para a janela a cada avião, gente que sumia o ano inteiro mediante “baixa” (juro que não me importava), etc. Fabricar uma imagem idílica da docência é equivocar as fraudes aos profissionais sérios - e caluniar estes.

Pior: nivelar os professores por cima é uma burla idêntica à padronização por baixo que há décadas se aplica aos alunos e que, de resto, torna anacrónica a conversa acerca das virtudes e defeitos do ensino. A época em que, bem ou mal, os professores ensinavam, morreu. Hoje, procuram sobretudo escapar das agressões verbais e físicas que alunos e famílias de alunos lhes dedicam. As criaturas que por oportunismo louvam em tons absurdos o papel dos professores são as mesmas que se calam quando um professor apanha uma sova por osar sossegar a irreverência das criancinhas. Com frequência, o Ford Fiesta aparece sem pneus a título punitivo.

E se não são delinquentes a humilhar os professores, os próprios tratam do assunto por via sindical: marcar uma greve que se pretende incómoda para as datas dos exames é assumir que já só são imprescindíveis nas funções de vigilância, tarefa que uma câmara de 50 euros ou um contínuo com o salário mínimo desempenhariam com brio similar. E o Governo, que não accionou a câmara nem o contínuo, dá-lhes razão fingindo não a dar. Para quem acumula todo o conhecimento do mundo, impressiona o desconhecimento que tantos professores têm do seu. Ninguém é capaz de os ensinar?

(\*) **Sociólogo, cronista ©DN**



## O desafio da inovação aberta

Jaime Quesado (\*)

A AESE realizou em Lisboa um excelente Seminário sobre Inovação Aberta com Henry Cheeseborough, um dos maiores especialistas mundiais na área. A propósito dos novos conceitos apresentados, a oportunidade para uma vez mais demonstrar o carácter eminentemente aberto da Inovação como alavanca de modernidade da sociedade portuguesa. Impõe-se uma atitude de ruptura processual em Portugal e é fundamental mobilizar os diferentes actores para este desígnio colectivo. Em tempo de novas apostas, muito centradas no discurso nos Factores Dinâmicos de Competitividade, a “classe criativa”, de que nos fala Richard Florida, tem um papel essencial a desempenhar. O desafio da Inovação Aberta é central para Portugal.

Os conhecidos baixos índices de “capital estratégico” no nosso país e a ausência de mecanismos centrais de “regulação positiva” têm dificultado o processo de afirmação dos diferentes protagonistas da “classe criativa”. Independentemente da riqueza do acto de afirmação individual da criatividade, numa sociedade do conhecimento, importa de forma clara “pôr em rede” os diferentes actores e dimensioná-los à escala duma participação global imperativa nos nossos tempos. Apesar dos resultados de iniciativas diversas na área da política pública, vocacionadas para posicionar o território no competitivo campeonato da inovação e conhecimento, falta uma estratégia transversal.

A consolidação do novo papel da “Classe Criativa” entre nós passa em grande medida pela efectiva responsabilidade nesse processo dos diferentes actores envolvidos – Estado, Universidade e Empresas. No caso do Estado, no quadro do processo de reorganização em curso e de construção dum novo paradigma tendo como centro o cidadão-cliente, urge a operacionalização de uma atitude de mobilização activa e empreendedora da revolução do tecido social. A Reinvenção Estratégica do Estado terá que assentar numa base de confiança e cumplicidade estratégica entre os “actores empreendedores” que actuam do lado da oferta e os cidadãos que respondem pela procura – Criatividade & Inovação terão que ser aqui de forma sustentada as palavras que garantem uma lógica de sustentabilidade nos resultados a médio prazo.

Num país pequeno, as Empresas, as Universidades, os Centros de Competência Políticos têm que protagonizar uma lógica de “cooperação positiva em competição” para evitar o desaparecimento. O diagnóstico está feito há muito tempo sobre esta matéria. É aqui que entra a “classe criativa”. Compete a estes “actores de distinção” um papel decisivo na “intermediação operativa” entre os que estão no topo e os que estão na base da pirâmide. Só com um elevado “índice de capital intelectual” se conseguirá sustentar uma participação consistente na renovação do “modelo social” e na criação de plataformas de valor global sustentadas para os diferentes segmentos territoriais e populacionais. Portugal não pode ignorar a dimensão única deste desafio que o futuro agora encerra.

(\*) **Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro**

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



**CONDEIXA - A - NOVA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova, para reunir, no próximo dia 30 de Junho de 2013 (domingo), pelas 20h30, na sede de campanha às Autárquicas de 2013 (antigos estúdios Delfim Ferreira) sita na Praça da República, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Apresentação e votação das contas do ano de 2012

2 - Análise da situação política

**CONDEIXA - A - NOVA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa-a-Nova, para reunir, no próximo dia 21 de Julho de 2013 (domingo), pelas 20h30, na sede de campanha às Autárquicas de 2013 (antigos estúdios Delfim Ferreira) sita na Praça da República, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 20h30 às 23h30

**MAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Maia, para reunir, no próximo dia 27 de Junho de 2013 (quinta-feira), pelas 21h00, no Auditório Veneport, sito na Rua Simão Bolívar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação política

**PARANHOS / NÚCLEO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Paranhos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Junho de 2013 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede do Núcleo, sita à Rua do Campo Lindo nº 63, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

Eleições autárquicas 2013

2 - Análise da situação política

**PAREDES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir, no próximo dia 06 de Julho de 2013 (sábado), pelas 14h00, na sede sita na Rua 1º de Dezembro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política

2 - Processo eleitoral autárquico

**PORTO / DISTRITAL**

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes da Distrital do Porto, para reunir, no próximo dia 20 de Julho de 2013, (Sábado), pelas 15h00, em todas as Sedes de Secção, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos Distritais do PSD do Porto

a) - Mesa da Assembleia Distrital

b) - Comissão Política Distrital

c) - Conselho de Jurisdição Distrital

d) - Comissão Distrital de Auditoria Financeira

e) - Delegados de Secção à Assembleia Distrital Locais de Votação

Amarante - Ed. do Salto - Sta Luzia

Baião - Rua de Camões

Felgueiras - Rua Luis de Camões

Gondomar - Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, 31

Lousada - Rua do Tojeiro, 121 (Silvares)

Maia - Rua Engº. Duarte Pacheco, 987

Marco de Canaveses - Largo Sacadura Cabral

Matosinhos - Rua Mouzinho de Albuquerque, 98

Paços de Ferreira - Av. dos Templários, 309 Dtº.

Paredes - Rua 1º de Dezembro

Penafiel - Rua "O Penafidense", 9 - 1º Dtº.

Porto - Rua Guerra Junqueiro, 64

Póvoa de Varzim - Praça do Almada, 7 Esc. 1

Santo Tirso - Av. Sousa Cruz, 11 - C.C. Galáxia, Lj.19

Trofa - Rua Camilo Castelo Branco, 222

Valongo - Av. Rodrigues de Freitas, 880 - Ermesinde

Vila do Conde - Praça da República, 7

Vila Nova de Gaia - Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na sede respectiva, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- A eleição decorrerá em todas as secções do Distrito do Porto entre as 15h00 e as 19h00.

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

**SETÚBAL / DISTRITAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal, para reunir, no próximo dia 02 de Julho de 2013 (terça-feira), pelas 21h00, na Galeria Municipal do Montijo, sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 12 - Montijo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise da situação político-partidária



**PONTE DE LIMA**

Ao abrigo do artigo 70º dos Estatutos da JSD - Juventude Social Democrata, convoco os militantes da JSD de Ponte de Lima, para reunirem em Plenário, na sede concelhia do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 13 Julho de 2013 pelas 21 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise da situação política nacional, distrital e

local;

3 - Programa eleitoral da JSD Ponte de Lima;

3 - Os candidatos da JSD/Ponte de Lima para as Autárquicas 2013;

4 - Outros Assuntos.

**NÚCLEO DE GALEGOS / SANTA MARIA - BARCELOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Concelhios, convoca-se o Plenário da JSD núcleo de Galegos Sta. Maria - Barcelos, para reunir no próximo dia 20 de Julho de 2013, pelas 21h, no lugar da Igreja, freguesia de Galegos Sta. Maria, com a seguinte ordem de trabalhos:

1-Eleição da Comissão Política da JSD núcleo de Galegos Sta. Maria - Barcelos;

2-Eleição da Mesa do Plenário da JSD núcleo de Galegos Sta. Maria - Barcelos;

Notas:

1-As Listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2- As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3-Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 Membros do Órgão competente para a eleição;

4-Deverão ter número Impar de Membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de Assembleia em conformidade com os estatutos nacionais;

5-Candidatos suplentes, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6-Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7- As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24Horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao presidente da mesa do Plenário da JSD de Barcelos ou a quem o possa substituir ao abrigo dos Estatutos Nacionais, na Sede do PSD Barcelos;

8-As urnas estarão Abertas das 21h e as 23h.

**NÚCLEO DE MACIEIRA DE RATES - BARCELOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Concelhios, convoca-se o Plenário da JSD núcleo de Macieira de Rates - Barcelos, para reunir no próximo dia 26 de Julho de 2013, pelas 21h, no Largo da Igreja, n.º2, freguesia de Macieira de Rates, com a seguinte ordem de trabalhos:

1-Eleição da Comissão Política da JSD núcleo de Macieira de Rates - Barcelos;

2-Eleição da Mesa do Plenário da JSD núcleo de Macieira de Rates - Barcelos;

Notas:

1-As Listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2- As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3-Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 Membros do Órgão competente para a eleição;

4-Deverão ter número Impar de Membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de Assembleia em conformidade com os estatutos nacionais;

5-Candidatos suplentes, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6-Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7- As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24Horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao presidente da mesa do Plenário da JSD de Barcelos ou a quem o possa substituir ao abrigo dos Estatutos Nacionais, na Sede do PSD Barcelos;

8-As urnas estarão Abertas das 21h e as 23h.

**NÚCLEO DE MANHENTE - BARCELOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Concelhios, convoca-se o Plenário da JSD núcleo de Manhente - Barcelos, para reunir no próximo dia 27 de Julho de 2013, pelas 17h, no Lugar da Igreja, freguesia de Manhente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1-Eleição da Comissão Política da JSD núcleo de Manhente - Barcelos;
- 2-Eleição da Mesa do Plenário da JSD núcleo de Manhente - Barcelos;

Notas:

1-As Listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;

2- As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3-Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 Membros do Órgão competente para a eleição;

4-Deverão ter número Impar de Membros nas listas

candidatas aos órgãos executivos e de direcção de Assembleia em conformidade com os estatutos nacionais;

5-Candidatos suplentes, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6-Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7- As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24Horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao presidente da mesa do Plenário da JSD de Barcelos ou a quem o possa substituir ao abrigo dos Estatutos Nacionais, na Sede do PSD Barcelos;

8-As urnas estarão Abertas das 17h e as 19h.

**PORTALEGRE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta Concelhia de Portalegre para se reunirem no próximo dia 29 de Junho de 2013 (Sábado), pelas 12 horas, na Sede Distrital do PSD, situada na Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 17, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Delineamento de actividades da JSD;
- 3 - Autárquicas 2013;
- 4 - Outros assuntos.

**MAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da Concelhia da Maia para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 26 de Julho de 2013 (sexta-feira), pelas 21H30, na sede do PSD Maia, sita na Rua Engº Duarte Pacheco, 987, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da Situação Política;
- 2 - Outros Assuntos.



Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013

[www.autarquicaspsd.pt](http://www.autarquicaspsd.pt)